

Revista **Socialismo e Liberdade** n°26 | 2019

Dupla militância

grandes empresas criam incubadoras de lideranças para atuar em diversos partidos

Luíza Erundina

a trajetória, as ideias e a energia de uma militante histórica

Apesar da queda nas pesquisas, governo segue com política de destruição do Estado, apologia à violência e ultraliberalismo na economia

É preciso isolar a bestialidade fascista



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial
**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Márcia Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos)
Tiragem: 5 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
SOB BOLSONARO, EM DIREÇÃO AO ESTADO ZERO _____	4
Fernando Silva (Tostão)	
O COLAPSO DA NOVA REPÚBLICA E O ESPECTRO DA DITADURA _____	8
Plínio de Arruda Sampaio Jr.	
INCUBADORAS DE LIDERANÇAS: O OUTRO OVO DA SERPENTE _____	14
Luciana Araujo	
ENTREVISTA: LUIZA ERUNDINA O SONHO É UM NEGÓCIO MUITO FORTE _____	20
Gilberto Maringoni Francisvaldo Mendes Bernadete Menezes Mario Augusto de Azeredo	
O BRASIL DESAMPARADO _____	29
Wanderley Codo	
A FUNCIONALIDADE DO AJUSTE FISCAL PARA GOLPEAR OS TRABALHADORES _____	34
David Deccache Carolina Resende	
EDUCAÇÃO: UMA PONTE PARA O PASSADO _____	40
Andréa Caldas	
PETROBRAS ENERGIA EM DESINTEGRAÇÃO _____	45
Raquel Oliveira Sousa	
A NOVA LEI DO SANEAMENTO E A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS _____	51
Francisca Adalgisa da Silva	
ACORDO MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA: NEOCOLONIALISMO DESCARADO _____	57
Leandro Recife	
ENTREVISTA: SILVIO TENDLER GOSTO DO CINEMA POLÍTICO QUE ALCANÇA UM PÚBLICO AMPLO _____	62
Andrea Penna	
LUIZ GÊ, TIO HÔ E UM BANG-BANG INESQUECÍVEL _____	65
Gilberto Maringoni	



E D I T O R I A L

Estamos no número 26 da revista Socialismo e Liberdade, sendo esta a sexta edição do presente mandato. Infelizmente, vivemos tempos difíceis para a população com a falta de emprego e de condições dignas de vida para os trabalhadores. O mundo e o Brasil precisam de uma tempestade de democracia, que as insurreições e as insurgências aflorem para defendermos nossos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Essa tempestade, tão necessária, não virá como um movimento natural do tempo ou com uma revolta espontânea e desorganizada. As pessoas, sujeitos da história, possuem a importante tarefa política de construir tais ventos. Superar esse patamar de letargia, se compreender como classe, entender a capacidade de construção e a importância da força de trabalho, são grandes desafios, sobretudo, neste momento que o som da intolerância e da tirania ecoa muito alto e tenta constranger o senso comum.

Assim, por meio de nossa revista, apresentamos contribuições e conhecimentos importantes para atuar e transformar o cenário político. O desastre do governo central no Brasil só aumenta e, pior, atua para que a utilização do Estado seja para ampliar um ultraliberalismo ainda mais violento. Por essa razão, não há dúvidas, devemos atuar em todas as frestas da contradição dos governos, da burguesia e do Estado, para favorecer ao público e às pessoas mais pobres, que deverão ser amparadas afim de conseguirmos conceber uma sociedade mais justa e igualitária, rumo sempre à ampliação da coletividade e do bem comum.

O avanço, para além de resistir ou ficar no lugar de responder as atrocidades da organização do Estado, no momento atual, nos exige ações que pensem a totalidade da vida e apresentem contribuições com o objetivo de ampliar a unidade com um programa claro e transparente e que amparem os coletivos e as organizações com fôlego para fortalecer e ampliar o movimento em favor da democracia.

Nesse sentido, apresentamos os vários artigos que representam propostas de construção de visão de classe. Navegar em exemplos de vida e debates de temas centrais, como a economia, o Estado, a educação, com colaboração que mos-

tram singularidades diversas, trata-se de um procedimento central para ampliar nossa capacidade de intervenção.

O país se contorce em declarações e ações, desastrosas e absurdas, de governantes e parlamentares, que não podemos deixar que nos leve para o medo ou para o isolamento. Ao contrário, é um grande desafio para todos nós que temos comprometido com a democracia e com a vida, ampliar a coletividade e as ações afirmativas. Impedir perdas de direitos e criar uma onda por mais direitos na sociedade é a grande ação na estrada deste momento e da democracia.

Tanto do ponto de vista dos direitos econômicos, como mais postos de trabalho, ampliação dos salários e contra os ataques aos direitos trabalhistas, assim como a ampliação dos investimentos do Estado, nos vários níveis – municipal, estadual e federal – é desafio para todos nós. Devemos reforçar esse desafio e apostar na ampliação da participação das pessoas na política. Ações coletivas, cada vez mais fortes e amplas, em todas as dimensões, reforçam a possibilidade de vitórias e conquistas, e assim seguiremos investindo.

A grande contribuição da nossa Fundação é justamente apresentar, por meio das leituras, seminários, livros, cartilhas, vídeos e, assim, com a formação, contribuições que nos ampliem cada vez mais na estrada da preservação e conquistas de direitos. Tais contribuições são para favorecer uma visão mais profunda e ampla da realidade e um ambiente político que nos coloque em posições de atuar pela verdadeira liberdade política e por uma grande unidade de toda a diversidade de pessoas que vivem da venda da força de trabalho. Unidade nos territórios, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e dos coletivos na sociedade civil, reforçando a força coletiva e apontando para transformações a favor da vida. Essa é nossa missão e assim seguiremos! Ótima leitura para todas e todos.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

Sob Bolsonaro, em direção ao Estado zero

Está em curso uma regressão histórica no universo de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Nesse terreno, é muito importante pontuar que há unidade burguesa na agenda liberal, mostrando a manutenção de uma hegemonia indiscutível dos interesses do capital financeiro sobre as frações políticas da classe dominante

Fernando Silva

Para compreender o projeto ou os nexos do projeto do governo de Jair Bolsonaro - Paulo Guedes, entre a cínica frieza da agenda liberal-econômica com os destemperos e provocações constantes do presidente - é preciso um olhar panorâmico sobre o período aberto desde o golpe parlamentar de 2016.

Esses anos são marcados por uma profunda ofensiva do capital financeiro em busca de um reordenamento ultraliberal do Estado brasileiro e uma mudança qualitativa nas relações capital-trabalho, com retrocessos históricos na legislação trabalhista. Tais diretrizes vão se traduzir politicamente na, cada vez mais evidente, ruptura com o pacto articulado em torno da Constituição de 1988, no terreno dos

direitos sociais, econômicos, bem como no terreno jurídico e político.

ALINHAMENTO COM TRUMP

O aprofundamento da agenda liberal sob o governo atual aponta na direção de uma maior subordinação ao capital financeiro, da perda de soberania, agravado com o alinhamento político Bolsonaro-Trump.

Não é tema deste artigo abordar as responsabilidades dos governos de colaboração de classe do PT, suas inúmeras concessões - em particular o ajuste iniciado pelo segundo mandato de Dilma Roussef. Também não examinaremos a lógica da governabilidade com a própria direita para obter maioria no Congresso Nacional. Lógica que levou a um total esvaziamento da participação e mobilização popular. Como sabemos, essa deseducação política cobrou

um preço altíssimo quando da conjuntura do golpe de 2016.

Portanto, sem querer diminuir as responsabilidades dos governos petistas na tragédia que se abate sobre o país, essa pontuação crítica serve para se ter dimensão da ofensiva capitalista e da direita em torno do profundo reordenamento neoliberal em curso, pois nem mesmo as concessões dilmistas chegavam perto dos objetivos desta nova etapa.

O PRIMEIRO TRIPÉ DE UMA REGRESSÃO HISTÓRICA

O golpe de 2016 resultou num governo frágil e muito impopular que mesmo enfrentando crises políticas, denúncias de corrupção e uma fortíssima greve geral em 2017 aprovou o congelamento dos gastos no orçamento por 20 anos, a re-

forma trabalhista e o projeto de terceirizações. Ficou para o governo seguinte a missão de aprovar a reforma da Previdência que, esta sim, Temer não teve forças para conseguir.

Sob o governo Bolsonaro a referida reforma foi aprovada na Câmara dos Deputados e com isso um tripé estratégico do reordenamento ultraliberal do Estado se conclui.

Trata-se, portanto, de uma regressão histórica no universo de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Nesse terreno é muito importante pontuar que há unidade burguesa na agenda liberal mostrando a manutenção de uma hegemonia indiscutível dos interesses do capital financeiro sobre as frações políticas da classe dominante. Afinal, a reforma da Previdência foi conduzida pelo chamado "centrão", em que pese os inúmeros choques desse bloco com a facção bolsonaris-

ta e o próprio presidente.

Além de estarem de acordo com a agenda econômica liberal, também é preciso observar que a sanha destruidora e provocadora de Bolsonaro e dos ministros mais fundamentalistas em nada é contraditória com a agenda global. Os cortes na Educação, a desastrosa política ambiental, os ataques aos sindicatos, as provocações e medidas na área de direitos humanos e democráticos se inserem dentro de uma lógica política, ideológica e também ultraliberal. A destruição de direitos de toda a ordem, o estrangulamento da Universidade Pública, a tentativa de reduzir a capacidade de resistência popular são totalmente úteis e instrumentais para a aplicação da agenda econômica.

A AGRESSIVA POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES

Os ataques estruturais não se encerram com a reforma da Previdência. Chegamos então ao que parece ser o novo momento ou novo objetivo nessa lógica de destruição do Estado e subordinação ao capital financeiro e imperialista: a política de um amplo programa de privatizações e destruição de uma política social de investimento.

Este objetivo vem sendo perseguido de maneira mais explícita e selvagem pelo ministro Paulo Guedes e ganha mais força após a reforma da Previdência. Não obstante as inúmeras e desastradas declarações de Bolsonaro do tipo "tem que privatizar nem que seja uma estatal pequena por semana" ou dos anúncios contraditórios (primeiro o plano era anunciar 17 privati-

zações relevantes, depois foram 9), o fato é que também esses objetivos são para valer e são estratégicos para a agenda liberal. Gigantes como Correios e Eletrobras já estão na mira imediata. Não é pouca coisa.

Estamos falando de um profundo processo de destruição do patrimônio público, da soberania e de um aprofundamento ainda maior da desnacionalização da economia, pois tal como nos processos anteriores, como o das telecomunicações, é evidente que o capital transnacional e imperialista são os mais sérios candidatos a abocanhar uma nova onda de privatizações.

Senão vejamos: a gravíssima venda de 30% das ações da BR Distribuidora acabou com o controle majoritário da Petrobras e abriu as portas para gigantes multinacionais terem o controle da distribuição e comercialização dos combustíveis e derivados no país. E isso como parte de um aberto e cara de pau plano de "desinvestimentos da Petrobras", assim assumido pela atual gestão liberal-bolsonarista na empresa.

A perda de controle da produção e distribuição de energia pelo Estado brasileiro ou do controle dos Correios vão na direção do aumento dos lucros capitalistas, mas não do desenvolvimento, da soberania e sequer da melhoria dos serviços ou de qualquer possibilidade de regulação pelo Estado dentro dessa lógica selvagem do bolsonarismo.

O exemplo da política da atual direção da Petrobras não é nada isolada, pois basta observar que os bancos públicos em particular o BNDES estão sendo esvaziados em relação à função de investimentos e empréstimos para produção e infraestrutura.

Esses anos são marcados por uma profunda ofensiva do capital financeiro em busca de um reordenamento ultraliberal do Estado brasileiro e por uma mudança qualitativa nas relações capital-trabalho, com retrocessos históricos na legislação trabalhista

O golpe de 2016 resultou num governo frágil e muito impopular que, mesmo enfrentando crises políticas, denúncias de corrupção e uma fortíssima greve geral em 2017, aprovou o congelamento dos gastos no orçamento por 20 anos, a reforma trabalhista e o projeto de terceirizações

É uma estratégia de Estado zero na economia e nos direitos.

Mas é um engano estratégico ou direta-

mente uma falsa e cínica a ideia de que as privatizações e as mudanças nas legislações trabalhista e previdenciária vão atrair

fortes investimentos, recuperar a economia, trazer empregos e desenvolvimento.

Segundo artigo dos economistas Fernando Sarti e Mariano Laplane, no Observatório da Economia Contemporânea¹, 75% do investimento direto estrangeiro que entrou no país nos últimos 20 anos vieram após a crise internacional de 2008. Destes, grande parte veio para a aquisição ou fusão com empresas domésticas. De 2008 aos dias atuais aumentou sobremaneira a desnacionalização ampla da economia com mais de 2,5 mil operações de aquisição ou 57% do total das operações².

¹ *Internacionalização, desnacionalização e desenvolvimento*; Fernando Sarti e Mariano Laplane in Observatório da Economia Contemporânea, 20/08/2019

² *Internacionalização, desnacionalização e desenvolvimento*; Fernando Sarti e Mariano Laplane in Observatório da Economia Contemporânea, 20/08/2019

Com toda essa abertura e esse aumento de investimento externo o país está no sexto ano de estagnação com 13 milhões de desempregados. Enquanto isso, a receita bruta das empresas estrangeiras no Brasil não parou de crescer, ou seja, quadruplicou no período de 1995-2015³.

De 2015 para cá - mesmo atualizando essa falsa ideia com o discurso oficial para uma perspectiva de que "agora o capital e os investimentos virão para valer" com a nova regulamentação trabalhista e previdenciária e com a desestatização global do patrimônio público - outros novos e velhos fatores podem contribuir para que essa equação do capital nunca vá se fechar.

UMA LONGA ESTAGNAÇÃO?

O cenário mundial é de extrema incerteza. A hipótese de que um aumento da temperatura na guerra comercial EUA/China coloque a economia capitalista na rota de uma nova recessão mundial pode por si só tornar o cenário de investimentos volátil, com deslocamentos para os portos mais seguros. Não se sabe o que pode acontecer com uma etapa de guerra de barreiras tarifárias e como a subordinada economia brasileira exportadora de *commodities* vai se localizar, dado inclusive o estado atual de "semianarquia" na política externa brasileira.

Gigantes da economia capitalista, como a Alemanha, dão sinais abertos de recessão. E a permanente instabilidade que o próprio presidente gerou como o desgaste da imagem do país na crise ambiental em torno das queimadas na Amazônia, num cenário internacional turbulento, pode não só inviabilizar o acordo EU/Mercosul, como adiar por um bom tempo a esperada enxurrada de investimentos.

Do ponto de vista do cenário interno uma política de ampla flexibilização e precarização de direitos, empregos e salários para a maioria da população, um esvaziamento do papel do Estado na economia e uma maior redução de direitos e cobertura social passam longe de serem indutores de retomada de crescimento, mesmo com baixos índices de inflação por ora. Para além do desemprego e do desalento, os recentes dados do aumento da miséria extrema dão pistas de que a agenda ultraliberal vai aprofundar

³ *Internacionalização, desnacionalização e desenvolvimento*; Fernando Sarti e Mariano Laplane in Observatório da Economia Contemporânea, 20/08/2019

a desigualdade social (segundo dados do Cadastro Único do Ministério da Cidadania, entre junho de 2018 e junho de 2019 a pobreza extrema aumentou e há mais de 13 milhões de pessoas nessa condição).

A hipótese deste artigo é a de que a perspectiva mais provável é de estagnação ou crescimento medíocre em relação à capacidade de saída da crise econômica e social.

Jair Bolsonaro venceu as eleições convencendo boa parte do eleitorado de que

Chegamos ao que parece ser o novo momento ou novo objetivo nessa lógica de destruição do Estado e subordinação ao capital financeiro e imperialista: a política de um amplo programa de privatização e destruição de uma política social de investimento

seria necessário sacrificar direitos para voltar a ter empregos para todos. A regressão monumental de direitos está em andamento, o "sacrifício" está sendo feito, mas o cenário externo e o selvagem reordenamento liberal do Estado e das relações capital-trabalho não parecem apresentar a solução mágica de curto prazo. Esta poderá ser a última fronteira para um deslocamento da maioria da população para a oposição ao governo. As brechas para uma resistência ampla e popular têm sido abertas em episódios como a mobilização da educação, a defesa da Amazônia entre outras.

EM BUSCA DE OUTRO DESENVOLVIMENTO

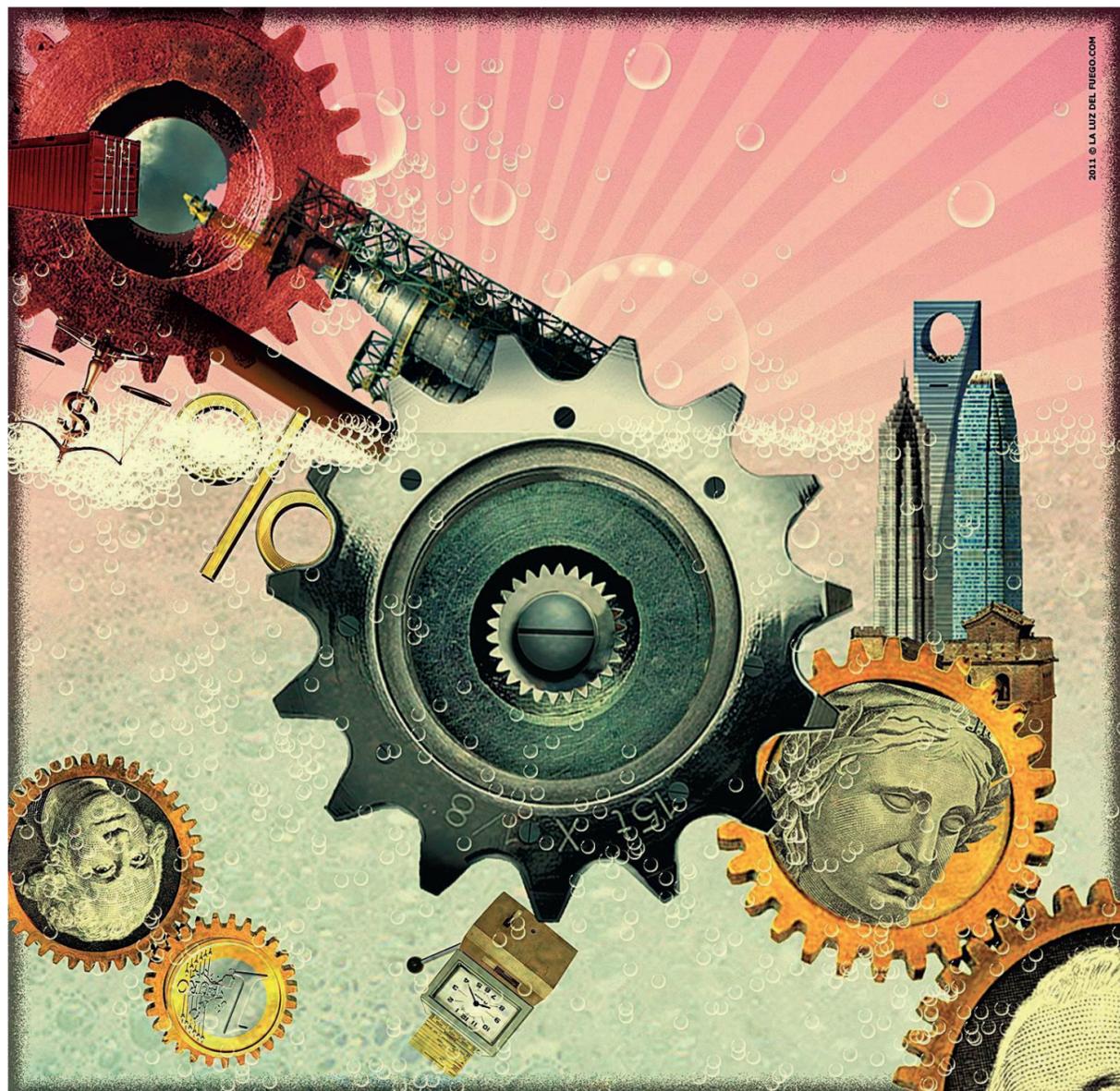
Será preciso estar preparado para a hipótese de um deslocamento maior da população contra as medidas do governo que permitam ao menos deter o aprofundamento da ofensiva reacionária. Continua sendo para ontem a busca de uma ampla frente única para acumular posições, resistência de massas e evitar dispersão das lutas sociais. Sem o protagonismo popular não se derrota a agenda liberal onde o andar de cima está de acordo.

Ao mesmo tempo, a esquerda precisa entrar no debate do desenvolvimento com outra lógica, capaz de oferecer uma alternativa estratégica ao desastre que se anuncia. A alternativa à agenda liberal não pode ser um mais do mesmo das alternativas nacional-desenvolvimentistas burguesas. Será preciso, com certeza, um amplo resgate do Estado brasileiro no que diz respeito à universalização de direitos sociais e humanos, da capacidade de controlar setores estratégicos da economia, na capacidade de priorizar investimentos em pesquisa e tecnologia, numa inédita e soberana regulamentação estatal sobre o capital financeiro.

Mas para além disso, é preciso pensar num modelo que coloque no eixo a busca de uma transição na matriz energética e produtiva que rompa a exclusividade na dependência dos combustíveis fósseis; numa profunda mudança no modal de transportes no país e nas grandes cidades; numa profunda reforma agrária que equacione os recursos da terra para colocar um fim na lógica predatória do desmatamento; e numa transição no modelo de mineração para colocar um fim nos desastres do modelo extrativista que geram Marianas e Brumadinhos. Precisamos de outra lógica que parta da ideia de um desenvolvimento distributivista das riquezas já produzidas e existentes, que por si só já significaria uma revolução na estrutural desigualdade e que, por fim, equacione as condições para uma ruptura com os modelos predatórios de crescimento.



Fernando Silva (Tostão) é jornalista e membro do Diretório Nacional do PSOL





FERNANDO RAZZO / AGENCIA BRASIL

O COLAPSO da Nova República e o espectro da DITADURA

A vitória eleitoral de uma candidatura que se apresentava claramente como antidemocrática manifestou o inequívoco repúdio dos eleitores aos partidos da ordem - PSDB, MDB e PT à frente. A eleição de um candidato da extrema direita, com um programa que defende abertamente a violência política como solução para os problemas nacionais, marcou a falência definitiva da Nova República

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

A ascensão de uma direita que coloca abertamente a violência como solução para os problemas políticos é consequência direta da resposta regressiva e autoritária da burguesia à polarização da luta de classes provocada pelo impacto devastador da crise capitalista sobre as classes trabalhadoras. Trata-se de um fenômeno mundial.

No Brasil, as tendências autoritárias manifestam-se de maneira particular-

mente primitiva. Sem projeto nacional para enfrentar os desafios de um momento histórico adverso, a burguesia submeteu-se docilmente à “solução americana”, cuja essência reside no rebaixamento da posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e o conseqüente rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores. O novo padrão de acumulação solapa as bases da democracia de cooptação cristalizada na transição da ditadura militar para o Estado de direito.

RICOS E POBRES

Enquanto o crescimento da economia alimentou a expectativa de melhoria social, as terríveis contradições de uma sociedade brutalmente cindida entre ricos e pobres foram ignoradas e empurradas para frente. A esperança de dias melhores funcionava como um apaziguador da luta de classes.

Entretanto, assim que a expansão econômica cessou, vieram à tona os gigantes antagonismos de uma sociedade

subdesenvolvida e dependente que ao longo de sua história não resolveu nenhum de seus problemas históricos. O fim do espaço de acomodação dos antagonismos sociais pela expansão da renda, do emprego e das políticas públicas obrigou o Estado a exacerbar a repressão contra as classes subalternas. O ataque às liberdades democráticas tornou-se generalizado: guerra aberta aos pobres como forma de militarização da ordem pública; criminalização dos movimentos sociais como meio de intimidação do protesto social; cruzada moralista como expediente de desmoralização da política; crescente judicialização da política como recurso autoritário para esvaziar a soberania popular; e ofensiva ideológica liberal e anti-comunista como estratégia para naturalizar o *status quo*.

O OCASO DA NOVA REPÚBLICA

As contradições latentes na acanhada democracia da Nova República converteram-se em antagonismos abertos nas Jornadas de Junho de 2013. Frustrados com o mesquinho “melhorismo” dos governos petistas, os jovens que tomaram as ruas cobraram dos governantes as promessas vazias da Constituição de 1988. Posta contra a parede por um Estado de mal estar social que corria o risco de fugir ao controle e premida pela necessidade de dar uma resposta à crise econômica, a burguesia assumiu sem rodeios seu caráter autocrático e antissocial e partiu para a ofensiva contra os trabalhadores.

Para as classes subalternas, a deficiência da Nova República manifesta-se no caráter impermeável do Estado brasileiro às demandas da população. A convicção de que “todos os políticos são iguais” decorre da constatação prática de que, no final das contas, os imperativos do capital sempre acabam prevalecendo. Para as classes dominantes, é o oposto. A crise política reflete a impossibilidade de conciliar as exigências dos negócios - “ordem e progresso” - com o respeito às regras do jogo democrático. Os de cima enxergam as aspirações da classe trabalhadora como uma ameaça a seus privilégios e assumem sem disfarce seu caráter despótico.

A resposta reacionária da burguesia à crise da democracia de baixa intensidade que substituiu a ditadura militar não pode ser dissociada do afã de recompor a qual-

No Brasil, as tendências autoritárias manifestam-se de maneira particularmente primitiva. Sem projeto nacional para enfrentar os desafios de um momento histórico adverso, a burguesia submeteu-se docilmente à “solução americana”, cuja essência reside no rebaixamento da posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e o conseqüente rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores

quer custo a taxa de lucro e abrir frente de acumulação para o capital.

ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA

O ajuste neoliberal aprofundou a especialização regressiva da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A retomada do crescimento da renda ficou condicionada à retirada de direitos trabalhistas e à maior precarização das condições de trabalho. O aprofundamento da liberalização comercial acelerou a reprimarização da economia, aprofundando a desarticulação do sistema econômico nacional. O avanço da liberalização financeira, da privatização do patrimônio público e da desregulamentação da economia levou ao paroxismo o desmanche dos centros internos de decisão, deixando o Estado nacional desarmado para enfrentar uma situação particularmente difícil. A revitalização do agronegócio e do extrativismo mineral como principais frentes de acumulação de capital potencializou a devastação ambiental.

O acirramento do conflito social decretou a falência dos governos de conciliação de classes, evidenciando a necessidade de um padrão de dominação burguesa à altura das barbaridades exigidas pelos imperativos do capital - rebaixamento substancial do nível tradicional de vida dos trabalhadores; esvaziamento progressivo da soberania nacional, intensificação da devastação ambiental e ataque implacável às liberdades democráticas.

Assim como a abolição da escravidão decretou a morte da Monarquia em 1889 e a crise da economia cafeeira em 1929 selou a sorte da República Velha, a crise terminal do processo de industrialização por substituição de importações, cuja pá de cal foi o ciclo neodesenvolvimentista de Lula e Dilma, destruiu as bases objetivas que davam sustentação à Nova República.

A guerra aberta contra os trabalhadores para impor condições ainda mais draconianas de exploração da força de trabalho requer uma compressão brutal do espaço de manifestação da vontade política das classes subalternas. Se os direitos trabalhistas não cabem nos cálculos de rentabilidade dos empresários e a política social não cabe no regime de austeridade imposto pela comunidade financeira, o padrão de dominação baseado na democracia de cooptação não coaduna com um

ajuste econômico que coloca no horizonte um padrão de acumulação baseado na produção de *commodities* para o mercado internacional.

LAVAGEM CEREBRAL

A solução reacionária para a crise econômica é simplesmente impossível sem a anomia política da classe trabalhadora. Para evitar qualquer possibilidade de oposição aos imperativos do capital, a opinião pública tem de ser submetida à lavagem cerebral de que os remédios amargos que compõem as “reformas” liberais constituem o único meio de tirar o país do atoleiro. Como o protesto social poderia furar o cerco da ignorância difundida pela grande mídia e dialogar diretamente com as massas, torna-se obrigatório criminalizar a luta social, estigmatizar a crítica e cercar a atuação dos partidos de esquerda.

Além de agir diretamente sobre a consciência da classe trabalhadora, o capital investe sistematicamente contra as migalhas democráticas existentes nos interstícios de uma estrutura de poder que, na realidade, há tempos já funciona como um verdadeiro Estado de Exceção. Na concepção de uma burguesia que não superou o espírito despótico do senhor de escravo, os direitos adquiridos dos trabalhadores não podem se sobrepor às exigências dos negócios. Uma vez que os ataques aos direitos trabalhistas e às políticas sociais jamais passariam pelo crivo do voto popular, torna-se necessário desmoralizar as instituições que expressam - mesmo que muito precariamente - a vontade do cidadão.

O ataque à Nova República assumiu a forma de uma cruzada moralista contra a corrupção. As investigações judiciais comprovaram o que todos sabiam. A corrupção é um elemento estrutural do padrão de acumulação e dominação do capitalismo brasileiro. As delações dos altos executivos do capital são didáticas. O capital é o elo dominante da relação criminosa. Os partidos são comprados pelos empresários. Os políticos funcionam como despachantes de interesses privados nos aparelhos de Estado. A radiografia das relações promíscuas da política com o capital feita pelo poder judiciário e sua espetacularização pelos grandes meios de comunicação trucidaram o sistema político e todas as suas instituições. Paradoxalmente, as causas profundas da corrupção

Além de agir diretamente sobre a consciência da classe trabalhadora, o capital investe sistematicamente contra as migalhas democráticas existentes nos interstícios de uma estrutura de poder que, na realidade, há tempos já funciona como um verdadeiro Estado de Exceção. Na concepção de uma burguesia que não superou o espírito despótico do senhor de escravo, os direitos adquiridos dos trabalhadores não podem se sobrepor às exigências dos negócios

- a absoluta preponderância dos negócios na vida nacional - em nenhum momento foram colocadas em questão.

Os que esperavam uma solução jurídica para a grave crise política que assola a nação fazem lembrar as fantásticas aventuras do Barão de Münchhausen, que se salvou do pântano onde afundava puxando-se pelos cabelos. Os paladinos da moralização - Janot, Moro, Dallagnol e Fachin - não foram à raiz do problema. A corrupção foi reduzida a uma questão moral de foro individual e circunscritas a casos específicos.

Na melhor tradição da justiça brasileira, a República de Curitiba operava segundo a norma “para os amigos tudo, para os inimigos, a lei”. As investigações foram seletivas. O sistema financeiro foi blindado de qualquer investigação, mesmo sendo evidente que seria impossível a lavagem de magnitudes amazônicas de dinheiro sujo sem a sua cumplicidade. A ramificação da rede criminosa no sistema judiciário e na grande mídia foi negligenciada. O capital estrangeiro não foi sequer investigado. Os acordos de leniência deixaram as empresas livres para continuar saqueando os cofres públicos e pilhando o país. No final, sob a aparência de uma faxina geral, permaneceu tudo como dantes. A engrenagem do roubo não foi abalada. As relações promíscuas entre o grande capital e o Estado permaneceram incólumes.

SUBMISSÃO DO ESTADO

Os limites pouco republicanos da investida contra a corrupção revelam que o verdadeiro objetivo da operação “Fora Todos” não nunca foi o de moralizar a vida pública, mas aumentar ainda mais a submissão do Estado aos interesses dos grandes negócios.

Ao se explicitar que por trás de cada representante do povo existe invariavelmente o patrocínio de uma grande empresa, a relação de confiança entre os eleitores e seus representantes foi aviltada. Desmoralizados perante seus constituintes, os políticos perderam toda autonomia para mediar o conflito entre o interesse privado e o interesse público. Acuados pela ofensiva avassaladora da campanha midiática contra a política, abraçaram, sem qualquer contraponto, a agenda de desmonte das conquistas trabalhistas e democráticas que estabeleciam um patamar mínimo de civilidade à sociedade brasileira.



123 REIMAGES

A REGRA DO JOGO

Em suma, a corrupção faz parte da regra do jogo e o poder judiciário não está acima da Lei. A corrupção sistêmica é uma característica inerente ao Estado brasileiro, permeia todos os poros da administração pública e envolve todos os partidos da ordem. Sem a promiscuidade do público e do privado, a dominação burguesa entra em colapso. Problemas políticos, relacionados com a forma de organização do poder, só podem ser resolvidos com decisões políticas. A operação “Fora Todos” apenas preparou o caminho para uma “modernização” dos esquemas de intermediação ilícita dos interesses do capital nos aparelhos de Estado, adaptando-os às exigências do novo padrão de acumulação.

Ao assumir sem disfarce o conteúdo de classe do Estado, a burguesia afirma sua ditadura implacável sobre a sociedade. A banalização do debate público, a criminalização dos movimentos sociais e a destruição do sistema político esvaziam a democracia de qualquer conteúdo popular. Hermeticamente fechado aos de baixo, o circuito político apresenta-se como o que é: um condomínio exclusivo da plutocracia destituído de qualquer verniz democrático. A soberania popular fica

O ajuste neoliberal aprofundou a especialização regressiva da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A retomada do crescimento da renda ficou condicionada à retirada de direitos trabalhistas e à maior precarização das condições de trabalho

ainda mais comprimida, deixando a sociedade a um fio da autocracia explícita.

A TIRANIA COMO SOLUÇÃO

Assustada com a possibilidade de que a volta de Lula ao Planalto pudesse arrefecer a intensidade do ajuste ortodoxo exigido pelo capital internacional e dar uma sobrevida à democracia de cooptação, na eleição de 2018, a burguesia brasileira jogou-se abertamente na aventura autoritária e, sem medir as consequências de partir para o confronto aberto com as classes subalternas, convocou um capitão de mato para por ordem na senzala. As tectônicas frustrações e ressentimentos com as promessas fraudadas da Nova República foram galvanizadas pela extrema direita. O obscurantismo venceu a esperança.

A vitória eleitoral de uma candidatura que se apresentava abertamente como antidemocrática manifestou o inequívoco repúdio dos eleitores aos partidos da ordem - PSDB, MDB e PT à frente. A eleição de um candidato da extrema direita, com um programa que defende abertamente a violência política como solução para os problemas nacionais, marcou a falência definitiva da Nova República. A contrarrevolução vitoriosa em abril de 1964 voltou a assumir formas abertamente ditatoriais,



cuja expressão concreta - ditadura civil, abertamente militar ou de matiz abertamente totalitária - ainda não está definida.

Os primeiros passos do governo Bolsonaro revelam que as ameaças retrógradas e autoritárias do ex-capitão não eram bravatas de campanha para explorar as frustrações de uma população fatigada, mas sim anúncios de uma intenção real de retirar direitos trabalhistas, destruir políticas sociais, atacar negros, mulheres, indígenas, LGBTs, cercear o pensamento crítico e a livre expressão artística, eliminar as parcas restrições à depredação do meio ambiente, e, na contramão da retórica pseudo-nacionalista esboçada timidamente durante a campanha eleitoral, liquidar a identidade nacional e franquear o espaço econômico brasileiro à sanha do capital internacional, entregando a soberania nacional ao arbítrio do imperialismo norte-americano.

DELÍRIOS E REALIDADE

Não obstante a genuína disposição de atacar tudo que represente conquistas civilizatórias do povo brasileiro, os aventureiros que chegaram ao Planalto, apesar da falta de disposição de luta das forças de oposição dentro da ordem, têm enfrenta-

Na melhor tradição da justiça brasileira, a República de Curitiba operava segundo a norma “para os amigos tudo, para os inimigos, a lei”. As investigações foram seletivas. O sistema financeiro foi blindado de qualquer investigação

do grandes dificuldades para transformar seus delírios distópicos em realidade. A distância entre o terrorismo retórico e as ações práticas explica-se fundamentalmente pela enorme dificuldade encontrada pelo novo governo para lidar com as contradições da realidade.

Os obstáculos mais visível são o gigantesco despreparo e a assustadora incompetência de seus quadros dirigentes, começando pelo próprio presidente. O primitivismo, a inépcia e a falta de compostura de Bolsonaro expuseram sua brutal limitação intelectual, política, retórica e moral para o exercício do cargo para o qual foi eleito. Os escândalos que envolvem diretamente seu filho mais velho e seu partido com gravíssimas denúncias de desvio de dinheiro público, financiamento ilegal de campanha, enriquecimento ilícito e envolvimento orgânico com grupos milicianos desmoralizaram toda e qualquer ilusão em relação à idoneidade dos novos governantes.

A guerra sem quartel entre as diferentes facções que compõem governo, dividido entre grupos de extrema direita, seitas evangélicas, militares, políticos fisiológicos e empresários, evidenciou a absoluta inépcia de Bolsonaro para dar um míni-

mo de coerência, solidez e efetividade às ações do Estado.

A dificuldade do governo Bolsonaro de transformar a teoria em prática esbarra, sobretudo, em problemas institucionais. Ao contrapor a chamada “Nova Política” - a imposição da vontade do mercado sem mediação política alguma - à “Velha Política” - o encaminhamento dos imperativos do mercado mediado pelo toma lá, dá cá da fisiologia parlamentar - Bolsonaro reiterou sua aposta na negação da Nova República como panaceia para os problemas nacionais. No entanto, enquanto a Constituição de 1988 não for revogada e o Congresso Nacional não for formalmente fechado, não se governa sem apoio parlamentar.

O CRIVO DA LUTA DE CLASSES

Por fim, o governo Bolsonaro terá que passar pelo crivo da luta de classes. O caráter extraordinariamente regressivo de suas políticas desperta forte resistência em amplos setores da população. Os efeitos recessivos do corte nos gastos públicos sobre o nível de atividade econômica, a concorrência predatória de produtos importados provocada pela maior abertura comercial e o impacto devastador do corte de benefícios sociais sobre os pequenos negócios das cidades do interior, sobretudo nas regiões mais pobres, são alguns exemplos que mostram as dificuldades para unificar o apoio de segmentos da própria burguesia a Bolsonaro.

A incapacidade de dar uma resposta objetiva aos problemas que afligem a população - o flagelo do desemprego, a assustadora degradação dos serviços públicos, a escalada da violência social - tende a corroer seu apoio nas classes trabalhadoras. Se o crescimento econômico não for recuperado, criando condições para a acomodação dos diferentes interesses sociais, possibilidade que não se inscreve no horizonte imediato, a sustentação política de Bolsonaro pode rapidamente evaporar.

Sem se intimidar com as ameaças de violência política vociferadas pelo presidente, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores tem encontrado forte resistência popular. O carnaval de 2019 foi uma catarse contra a ignorância reacionária de Bolsonaro. Em defesa da educação pública e da Previdência Social, estudantes e trabalhadores têm protagonizado greves na-

O impasse histórico que ameaça a sociedade brasileira não tem solução à vista. O velho morre, mas o novo ainda não tem força para nascer. Sem resolver a crise política, não há possibilidade de resolver a crise econômica. E, sem uma ruptura radical com o ajuste neoliberal, não há como evitar o aprofundamento da barbárie

cionais e manifestações multitudinárias. Ainda que o antagonismo à solução liberal-autoritária, latente em crescentes parcelas da população, não tenha conseguido se transformar em força política organizada, capaz de levar os protestos às últimas consequências e dar um xeque-mate na aventura de Bolsonaro, tudo indica que o conflito social tende a se intensificar, colocando em questão a possibilidade de uma escalada autoritária sem uma ruptura formal com o Estado de direito.

A AMEAÇA AUTOCRÁTICA

A ausência de bases institucionais, sociais e políticas para transformar as intenções tirânicas do presidente eleito em realidade não significa necessariamente uma derrota do consenso burguês em torno da via autoritária como resposta à crise política. Divididas entre caudilhos decadentes - Lula e Ciro Gomes -, que apostam todas as fichas no fiasco de Bolsonaro e na reciclagem da política tradicional, as forças de oposição têm se demonstrado impotentes para oferecer uma alternativa à moribunda Nova República e ao ajuste neoliberal sem fim. Na ausência de uma saída democrática, construída de baixo para cima, mais dia menos dia, a burguesia encontrará uma forma política para consolidar sua resposta autocrática para a crise política.

O impasse histórico que ameaça a sociedade brasileira não tem solução à vista. O velho morre, mas o novo ainda não tem força para nascer. Sem resolver a crise política, não há possibilidade de resolver a crise econômica. E, sem uma ruptura radical com o ajuste neoliberal, não há como evitar o aprofundamento da barbárie. Na periferia brasileira, a crise estrutural do capital assume dimensões dantescas. O futuro é de grande instabilidade política, conflito social e turbulência política.



Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor aposentado do Instituto de

Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/ UNICAMP, autor do livro “Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma” e editor da Plataforma Contrapoder.

Incubadoras de lideranças: o outro ovo da serpente

MARCELO GOMARDO / AGENCIA BRASIL

O primeiro ano da legislatura congressual integrada por parlamentares cuja eleição foi impulsionada por grandes empresas, revela a preocupante ofensiva neoliberal sobre os partidos, especialmente os de esquerda

Luciana Araujo

Em meio à maior crise de representação da história brasileira desde a redemocratização, o PSOL vem conseguindo manter-se como uma legenda coerente, que não se submete às “regras do jogo parlamentar” para obter benesses. A agremiação se coloca na luta contra a corrupção, denunciando de forma permanente uma prática sistêmica do capitalismo (especialmente num país com a formação histórico-social brasileira). Essa é a principal explicação para o crescimento da representação parlamentar da legenda e a superação da cláusula de barreira imposta pelo ex-deputado Eduardo Cunha (MDB/RJ). O alvo era o partido que apesar de pequeno foi decisivo para a derrubada com a Primavera Feminista e a Marcha das Mulheres Negras.

PERIGO DE GRANDE MONTA

Mas a realidade da fragmentação e a disseminação da ideologia da ‘pós-política’ colocam para todo o sistema eleitoral do país e especialmente para as organizações da esquerda radical, incluindo o PSOL, um perigo de grande monta. Além do uso da desinformação como ativo eleitoral, os think thanks liberais contemporâneos enxergaram na confusão ideológica que a débacle dos governos petistas colocou no cenário nacional - após a pífia resposta das esquerdas às manifestações de 2013 - um novo nicho de mercado e hegemonia: a gestação de pupilos do neoliberalismo e da elite nacional nas chamadas incubadoras de lideranças do mercado. Na última eleição, banqueiros e empresários abriram uma ofensiva sobre todos os partidos com registro legal, inclusive o PSOL e até mesmo o PSTU. O PT e o PCdoB também

têm nas fileiras figuras públicas que se somaram a iniciativas que “produzem” quadros formatados em centros globais de alta qualificação e se tornam materialização do fenômeno que a filósofa estadunidense Nancy Fraser classifica como “neoliberalismo progressista”. Para Fraser, a aliança de operadores das finanças com correntes liberais que atuam dentro dos movimentos feminista, antirracista, sindical, multiculturalista, ambientalista e LGBTQIA+ desnudou-se como projeto falido a partir da eclosão da crise global política, econômica, ecológica e social iniciada em 2008. Ela resulta no crescimento de governos conservadores ou diretamente reacionários no mundo todo. É decisivo ouvir com atenção o alerta de Fraser e debater a fundo a relação (ou melhor, a necessidade de ruptura de relações) com esse tipo de projeto que gesta mais filho-

tes da serpente conservadora que cresce abocanhando diversos países do globo.

Vale ressaltar que PT e PCdoB, desde a década de 1990, optaram pelo projeto de administração do capitalismo numa perspectiva social-liberal e que apostaram na conciliação de classes, cuja falência resultou no golpe de 2016.

PARTIDO CLANDESTINO DO CAPITAL

Entre as mais fortes incubadoras de figuras políticas no país está a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) – uma associação civil de direito privado criada pelo CEO da Natura, Guilherme Leal.

Fundada em 2012, a organização ostenta na sua página ser “composta por 576 lideranças localizadas por todo o Brasil, pertencentes a 29 partidos políticos diferentes, que vão do PSOL ao NOVO”. Apenas nove candidaturas do PSOL em todo o país receberam apoio da Rede, e só a Bancada Ativista de São Paulo, encabeçada pela deputada estadual Mônica Seixas – que tem seguido estritamente as orientações e diretrizes do Partido Socialismo e Liberdade na Alesp – foi eleita com apoio dessa iniciativa.

O mandato coletivo é integrado, além de Mônica, pela travestigênera negra Erika Hilton, o jovem ativista cultural negro Jesus dos Santos, a indígena Chirley Pankará e outros cinco codeputados que atuam em movimentos sociais enraizados. Mônica tem seguido estritamente as orientações, diretrizes e programa do Partido Socialismo e Liberdade na Alesp - o que deve levar em breve à ruptura da relação com a RAPS, como já aconteceu com outros líderes impulsionados por esse projeto.

Mas a realidade atual não deve desarmar o partido a responder frontalmente contra a privatização da política e a submissão ao capital financeiro (origem da maioria dos “incubadores”).

Com apenas sete anos de existência, a RAPS já é maior que muitos dos partidos nos quais aloja 134 representantes, segundo informação disponível em seu portal, com mandatos eletivos (seis senadores, 26 deputados federais, 26 deputados estaduais, dois deputados distritais, 54 vereadores, dois governadores, catorze prefeitos e quatro vice-prefeitos). Em 2018, angariou mais de 27 milhões de votos em todo o Brasil, que resultaram na eleição de dezesseis deputados federais, dezessete deputados estaduais,

Entre as mais fortes incubadoras de figuras políticas no país está a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) – uma associação civil de direito privado criada pelo CEO da Natura, Guilherme Leal. Com apenas sete anos de existência, a RAPS já é maior que muitos dos partidos nos quais alojam seus representantes

três senadores e dois governadores. A organização ministra cursos sobre “empreendedorismo cívico”, gestão e estratégia de campanhas eleitorais, assessoria legislativa e outros. Os números reforçam o sucesso do modelo. Quando este texto foi concluído ainda não estava disponível o relatório de auditoria da associação referente ao ano passado, mas é possível esperar cifras com a densidade de alguns orçamentos municipais.

Os integrantes têm que participar de encontros periódicos, ciclos de seminários, mesas de debates, oficinas sobre políticas públicas, encontros anuais, viagens conjuntas, projetos específicos “e demais atividades julgadas necessárias ao bom cumprimento dos objetivos da RAPS”.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A associação monitora e avalia como atuam os membros, e alerta que “comportamentos considerados incompatíveis com os princípios e valores da organização podem ser encaminhados, pela Direção Executiva ou pelos membros da própria rede, à deliberação do Conselho de Ética”, ou seja, o bolsista RAPS fica premido a uma atuação pautada pela organização, e não pela legenda à qual é filiado e, sequer, há a preocupação em disfarçar o uso parasitário dos partidos em que coabita. Documento firmado com legendas como o PSB, Rede Sustentabilidade, PPS, PV e PDT compromete as siglas a garantir voz e voto aos integrantes do Acredito nas instâncias decisórias das agremiações. Os “representantes cívicos” do “movimento” também tiveram a certeza de concorrer a cargos eletivos em igualdade de condições com os demais filiados aos partidos, independentemente de qualquer acordo sobre coligações firmados pelas legendas e com autonomia política e de funcionamento. A essa sublocação das legendas o Acredito – organização financiada por Jorge Paulo Lemann - chama de “contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Democracia brasileira.”

Além disso, o estatuto social da organização estabelece no artigo 11 que são deveres de todos os membros do quadro social: I – cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, e regimentais e o Código de Ética RAPS; II – acatar as determinações das Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, bem como dos órgãos administrativos nos termos de suas

competências; III - cooperar e colaborar para o desenvolvimento efetivo das atividades da RAPS; IV - zelar pelo bom nome da RAPS; V - contribuir para consecução dos trabalhos e objetivos da RAPS, especialmente com as obrigações associativas que vierem a ser estipuladas pelo Conselho Diretor; VI - apresentar aos órgãos administrativos qualquer irregularidade verificada; VII - exercer o cargo para qual foi eleito, salvo se houver motivo de força maior, plenamente justificado; e ainda VIII - respeitar o resguardo de informações sigilosas sobre as atividades da RAPS (grifo nosso), assim julgadas aquelas cuja divulgação prejudique ou possa de qualquer forma prejudicar o desempenho ou imagem da entidade.

O artigo seguinte estabelece que os líderes políticos RAPS (os candidatos, parlamentares e demais figuras públicas da agremiação) "que infringirem qualquer dispositivo estatutário, normativo, ou o Código de Ética RAPS, praticarem atos incompatíveis com os princípios, valores e objetivos institucionais poderão ser penalizados" com advertência, suspensão ou exclusão do quadro social.

A Rede é vinculada à Natura, multada em R\$ 21 milhões pelo Ibama em 2010 por biopirataria, pouco mais de um mês depois do CEO, Guilherme Leal, ter sido candidato a vice-presidência da República na chapa de Marina Silva pelo PV. Após se livrar no Judiciário brasileiro de outros processos do gênero, parece que a empresa agora resolveu adotar a partido-pirataria. A "defesa da educação" como pauta para angariar simpatia social e reforçar a meritocracia é outro negócio da empresa.

A ATUALIDADE DO ALERTA DE MICHELS

Outra incubadora de sucesso, com apenas um ano de existência, o RenovaBR elegeu dezessete de 117 candidatos que apoiou em sete diferentes legendas, sendo um senador, nove deputados federais e sete deputados estaduais. O Relatório Anual de Atividades 2018 contabiliza mais de 4,5 milhões de votos amealhados pelos pupilos e implantação em 89% dos municípios no país, sendo que 35% dos candidatos ultrapassaram os 10% dos votos onde disputavam o pleito (índice de corte da cláusula de barreira).

O Renova em 2018 plantou candidaturas na Rede e no Novo, prioritariamente, mas também no PSB, DEM, PSL, Cidadania, PDT, PSDC, PSB, Podemos, PSOL, PSD, Solidariedade, PRB, PV, PP, PHS, PMN, PROS e MDB. Nenhum dos três candidatos do PSOL apoiados pela iniciativa foi eleito



Entre os eleitos com apoio do 'Renova' está a primeira deputada federal indígena, Joênia Wapichana (Rede/RR), que votou em favor da MP 881, propagandeada como da "liberdade econômica" e apontada por diversos ambientalistas como a garantia antecipada de licenciamento para o agronegócio desmatar em larga escala, além de aprofundar a 'reforma' trabalhista de Michel Temer.

O Renova em 2018 plantou candidaturas na Rede e no Novo prioritariamente, mas também no PSB, DEM, PSL, Cidadania, PDT, PSDC, PSB, Podemos, PSOL, PSD, Solidariedade, PRB, PV, PP, PHS, PMN, PROS e MDB. Nenhum dos três candidatos do PSOL apoiados pela iniciativa foi eleito.

O empreendimento se autointitula uma escola de formação e um "selo universal de qualidade" - seja lá o que isso signifique como mecanismo de gestão empresarial da política. Da fundação, em 2017, até 31 de dezembro de 2018, de acordo com o relatório de auditoria por eles disponibilizado, constituiu R\$ 19.912.234 em recei-

tas - quase o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha recebido no ano passado pelo Partido Socialismo e Liberdade, aos quase 15 anos de existência.

O sociólogo alemão Robert Michels alertava já em 1914 para o poder financeiro na oligarquização da política e a burocratização até mesmo no seio dos partidos operários. O capital movimentando essa massa de dinheiro voltada a operar com mão de ferro o controle de figuras que despontam como expoentes nas legendas que ocupam deveria ser motivo de enorme preocupação às direções da esquerda radical brasileira.

"A liberalidade estabelecida pela súmula do STF que proibiu a doação de pessoa jurídica deixou a brecha para que empresários determinem a agenda política do país por meio de uma política financeira muito mais perigosa. E os candidatos que se beneficiam de doações individuais pulverizadas são aqueles que, apesar de não terem relações com o grande empresariado, têm relações com funcionários muito bem pagos pelo Estado ou com pro-

O sociólogo alemão Robert Michels alertava, já em 1914, para o poder financeiro na oligarquização da política e a burocratização, até mesmo no seio dos partidos operários

fissionais liberais. A possibilidade real de surgimento de lideranças que furem esse bloqueio continua sendo limitada, porque mesmo o mecanismo do fundo eleitoral passa pelo crivo das direções partidárias. É preciso atualizarmos a análise gramsciana na perspectiva estratégica e compreendermos que se trata de aplicar a fundo o conceito de 'guerra de posição'", ressalta Daniel Cara.

MEGAEMPRESÁRIO DA POLÍTICA

O segundo homem mais rico do mundo - Jorge Paulo Lemann - também resolveu investir diretamente na política e elegeu sete pupilos: um governador, três deputados federais e dois deputados estaduais. Reportagem publicada pela IstoÉ Dinheiro em 10 de agosto de 2018 destacava que o objetivo do megaempresário é "que alguns deles cheguem até à Presidência do país"¹.

¹ <https://istoe.com.br/o-plano-politico-de-lemann/>

ACREDITO

Outro “movimento” financiado por Jorge Paulo Lemann: o controlador das fundações Lemann e Estudiar, da InBev - que detém a Ambev -, da Kraft Heinz, do Burger King, do restaurante Brands International que fez fortuna no comando do Banco Garantia.

FUNDO MARIELLE

Anunciado após a execução de Marielle Franco, a iniciativa financiada pela Open Society de George Soros e a Fundação Ford promete incentivar a participação política de mulheres negras. Oficialmente foi lançado quando este texto foi concluído, mas o resultado dos dois primeiros editais estão prometidos para outubro. O investimento tem prazo de validade (2024) e depende também da arrecadação da entidade escolhida para receber a doação: o Fundo Baobá.

AGORA!

Outro empreendimento de Eduardo Mufarej, em associação com o apresentador Luciano Huck, o deputado e ex-ministro do governo Temer, Marcelo Calero (PPS/RJ), e outros empresários, surgiu em 2016. Nas eleições de dois anos depois, apoiaram 18 candidaturas, ajudando a eleger um deputado distrital e uma deputada federal, pela Rede, além do próprio Calero. Huck chegou a se lançar como pré-candidato à presidência, mas preferiu deixar a empreitada para 2022. Apoiou tacitamente a candidatura de Jair Bolsonaro no ano passado, de quem agora se coloca como crítico.

DNA EMPRESARIAL DAS INCUBADORAS**RAPS**

Presidida por Guilherme Leal (Natura), tem na vice-presidência Álvaro de Souza (presidente do Conselho de Administração do Banco Santander, ex-gestor de investimentos do Citigroup e ex-presidente do Banco ABC-Roma e ex-conselheiro da AmBev, Duratex, Gol Linhas Aéreas, Banco Lazard Brasil, Celbrás, Ultraquímica e da Mastercard International). Integram também a direção José Eduardo Martins (ex-diretor de finanças corporativas do Banco ING, sócio diretor do Banco Patrimônio e diretor executivo e conselheiro do Santander) e Marcos Vinícius de Campos (membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da FIESP). Tem ainda no seu conselho Fernando Rei (ex-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb); Gilberto Mifano (conselheiro independente da Cielo, Natura, Totvs, Pacaembu Construtora, Instituto Arapuaá, ex-CEO da Bovespa e presidente do conselho da B M&F-Bovespa)

RENOVABR

Fundado por Eduardo Mufarej, ex-integrante dos conselhos de administração da Arezzo, Ômega Energia, BRF e Somos Educação. O projeto foi idealizado em parceria com o economista e ex-presidente do Banco Central no governo FHC, Armínio Fraga, e o empresário Abílio Diniz. Tem na sua diretoria executiva Thomaz Pacheco (ex-vice-presidente do Itaú BBA) e William Mimassi Pedrosa (ex-gestor de investimentos do conglomerado chinês Fosun). Também foi diretora executiva da iniciativa Izabella Mattar (que atuou como gestora de talentos junto à Deloitte Touche Tohmatsu, BRF, Kraft Heinz, Endeavor, Vetor Brasil, Somos Educação e Omega Energia). A iniciativa também conta com candidatos que recebem apoio da Fundação Lemann.

Lemann tem estendido os tentáculos também sob a forma de movimentos. Ou seriam colaterais? Sua Fundação é financiadora do Movimento Acredito, que também bancou 25 “lideranças cívicas” que se candidataram por oito legendas distintas em 2018 (PHS, PDT, Podemos, PPS, Pros, PSB, PV, Rede) em doze estados brasileiros e, sequer, há a preocupação em disfarçar o uso parasitário dos partidos que coabita. Documento firmado com legendas como o PSB, Rede Sustentabilidade, PPS, PV e PDT compromete as siglas a garantir voz e voto aos integrantes do Acredito nas instâncias decisórias das agremiações. Os “representantes cívicos” do “movimento” também tiveram garantia de concorrer a cargos eletivos parlamentares em igualdade de condições com os demais filiados aos partidos, independentemente de qualquer acordo sobre coligações firmados pelas legendas e com autonomia política e de funcionamento. A essa sublocação das legendas o Acredito chama de “contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Democracia brasileira.” Foi esse acordo que deixou Tábata Amaral e outros tranquilos para votar em favor da contrarreforma previdenciária de Bolsonaro, mesmo colocando-se contra a orientação partidária. Sabiam que o pacto firmado por escrito previamente ao lançamento de suas candidaturas lhes garante o espaço nas legendas, e que o mise en scène de ameaça de expulsão apenas serviria a dar ao PDT um verniz de partido ideológico.

SUPERINDIVIDUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

“Essas lideranças são capturadas pela radicalização da lógica de uma superindividualização da política que legitima o status quo e coloca no controle dos partidos um verdadeiro partido clandestino, como são essas fundações e seus movimentos”, ressalta Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e candidato do PSOL ao Senado Federal por São Paulo em 2018. Daniel já foi por diversas vezes cortejado por fundações como a Lemann e associações como a RAPS, e tornou-se um estudioso do assunto e combatente radical desse projeto.

O centro da intelligentsia que produz lideranças políticas é Harvard – berço teórico de Lemann, criador de vários tipos de incubadoras de intelectuais orgânicos a

O segundo homem mais rico do mundo - Jorge Paulo Lemann - também resolveu investir diretamente na política e elegeu seis pupilos: um governador, três deputados federais e dois deputados estaduais

serviço do liberalismo conservador. A inspiração vem de Friedrich von Hayek, Ludwig Von Mises et caterva. É o caso da Fundação Lemann e o braço intermediador de bolsas de estudo nos centros de formação ultraliberal nacionais e internacionais, a Fundação Estudiar.

O manifesto do Acredito, genérico na forma, traz as mensagens de conteúdo que interessam aos financiadores empresariais. Faz a defesa do “Estado eficiente” e da “economia moderna e verdadeiramente competitiva, conectada de forma qualificada no mercado global”. Leia-se: desregulamentação.

O modelo econômico pregado é aquele que “quebre privilégios e regalias a grupos organizados”. O que pode ser traduzido por: retirar direitos de servidores públicos e dos batalhões da classe trabalhadora do setor privado. Não à toa os representantes eleitos do Acredito votaram – como já falado - em favor da ‘reforma’ da Previdência e da Medida Provisória nº 881/2019. Esta limitava o descanso semanal remunerado aos domingos a um por mês e libera a expansão ecocida que o agronegócio vem

promovendo com mais vigor sob a proteção do governo Bolsonaro.

Esses atores seguem legitimando o pacto das elites usando o discurso da “sustentabilidade”, o que o saudoso Plínio de Arruda Sampaio chamava de ecocapitalismo. Trata-se da defesa da manutenção dos eixos centrais de produção, consumo e acumulação de capital em vigor, com um verniz de processo menos predatório.

Outro megainvestidor internacional que resolveu apostar na “formação de novas lideranças políticas” é George Soros e a Fundação Open Society. No ano passado, após a execução da vereadora do PSOL Marielle Franco, a Open uniu-se à Fundação Ford e ao Instituto Ibirapitanga e prometeu aportar US\$ 3 milhões ao Fundo Baobá – que desenvolve ações de promoção da igualdade racial. O dinheiro, no entanto, chegará conforme o próprio Fundo antirracista obtenha outras fontes de financiamento. Há anos o homem que quebrou o Banco da Inglaterra e detonou a crise dos tigres asiáticos é um operador eleitoral no mundo todo.

As bandeiras da “defesa da educação” e da “renovação política” são frequentemente usadas por essas entidades para angariar simpatia social e reforçar a meritocracia. Mas o conteúdo é o ensinado pelo centro da intelligentsia que produziu o projeto de investimento em lideranças políticas é Harvard – berço teórico do megaempresário Jorge Paulo Lemann, criador de vários tipos de incubadoras de intelectuais orgânicos a serviço do liberalismo conservador inspirado por Friedrich von Hayek, Ludwig Von Mises et caterva - como a Fundação Lemann e o braço intermediador de bolsas de estudo nos centros de formação ultraliberal nacionais e internacionais – a Fundação Estudiar e o “movimento” Acredito. Em meio ao movimento de ‘reversão neocolonial’ - emprestando o conceito de Celso Furtado - acelerado pelo governo Bolsonaro, é ainda mais importante discutir como enfrentar tais iniciativas que miram a já combalida a soberania nacional.



Luciana Araujo é jornalista.

Entrevista
Luíza Erundina

ANTONIO AUGUSTO

O sonho é um negócio muito forte

**GILBERTO MARINGONI
FRANCISVALDO MENDES
BERNADETE MENEZES
MARIO AUGUSTO DE AZEREDO**

Luíza Erundina de Sousa tornou-se personagem de destaque na vida pública brasileira ao ser a primeira mulher a assumir a prefeitura de São Paulo, em 1988. A passagem pela administração provocou uma reviravolta na ideia de como a esquerda deve governar. “A gente não assumiu para acei-

tar os limites vigentes; fomos lá para inverter prioridades”, relata Erundina numa tarde chuvosa de agosto, em seu escritório na zona sul paulistana.

Sua gestão foi marcada por enfrentamentos com a grande imprensa e com os grandes interesses na cidade. “Sobrevivemos por contar com sólido apoio popular”, completa.

Luíza Erundina está na política há mais de seis décadas. Assumiu o primeiro cargo público aos 24 anos, no impulso de uma militância com

a Igreja católica. Era a diretora de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande. De lá para cá, não parou mais. Filiada ao PSOL desde 2016, essa paraibana de Uiraúna cumpre o sexto mandato como deputada federal com dedicação admirável. “Eu não me casei, não tenho marido, não tenho filho, não tenho nada. Eu me doeje para a política. E por quê? Porque acredito na história!”, enfatiza.

O melhor, em se tratando de Luíza Erundina, é deixar que fale por si mesma.

Como a senhora ver a situação atual?

Com muita preocupação e ao mesmo tempo indignação. Bolsonaro não reúne condições mínimas necessárias, nem do ponto de vista da capacidade política, nem no que tange a qualidades pessoais exigidas para o exercício do cargo de presidente da República. E o mais grave é que ele não tem o menor compromisso com a democracia. Não há nada que nos faça esperar de Bolsonaro alguma coisa, além do vazio de ideias, o que, aliás, foi marca registrada durante a campanha eleitoral.

A agenda do país está marcada por denúncias de escândalos que envolveriam os filhos e integrantes do governo. O governo Bolsonaro conspira contra o interesse da sociedade ao produzir um sem-número de crises, enquanto milhões de brasileiras e brasileiros não têm a garantia dos direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, por exemplo. Enquanto a sociedade é distraída com postagens no Twitter da família presidencial, aos poucos vai se sedimentando, sem grandes contestações, ideias de extrema direita que inspiram um projeto de poder que tenta se impor pelo medo, pela violência e pela intimidação. Além disso, temos uma administração obcecada por estabelecer o controle moral das pessoas, enfraquecer os mecanismos de luta social, alienar o patrimônio público e as riquezas nacionais, reduzir os gastos sociais, desarticular os órgãos e ações de proteção ambiental e fragilizar ainda mais as minorias sociais, como indígenas, quilombolas, mulheres, negros e homossexuais. Jair Bolsonaro tornou-se o demolidor de tudo aquilo que o povo brasileiro construiu ao longo da história. Não vai deixar pedra sobre pedra,

Bolsonaro não reúne condições mínimas necessárias para o exercício do cargo de presidente da República. E o mais grave é que ele não tem o menor compromisso com a democracia. Não há nada que nos faça esperar de Bolsonaro alguma coisa, além do vazio de ideias

se não reagirmos rápido e à altura para defendermos o patrimônio público.

Qual sua avaliação sobre a economia?

Em relação às perspectivas de crescimento econômico, o futuro do país parece fadado ao fracasso total. O índice de desemprego atinge mais de 13 milhões de pessoas e o subemprego já é o maior desde que teve início a série histórica, em 2012. Isso significa que 1 em cada 4 brasileiros aptos a trabalhar está fora do mercado de trabalho. A reação de Bolsonaro a esse quadro alarmante foi debochar e desacreditar as informações do IBGE, dizendo que “a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no País não mede a realidade”. Há claros sinais de que o governo Bolsonaro pretende avançar na agenda de redução do custo do trabalho que se dará, não só pelo achatamento dos salários, mas também por meio da desregulamentação do mercado de trabalho.

Em um discurso na USP, no ano passado, a senhora disse ter vivido a ditadura do Getúlio, na infância, e, já na vida adulta, conheceu a ditadura de 1964. A situação atual se compara a qual delas? É possível fazer essa comparação?

Não, acho que não. As coisas aconteceram de uma fase histórica para outra sem que houvesse ruptura alguma. Não há rupturas. As classes dominantes se acertam e resolvem as diferenças. Isso vale para a época da libertação dos escravos, a mudança da República, Getúlio Vargas, a ditadura de 1964 etc. Veja o governo Lula. O ministério dele era dos que detinham o poder na ditadura. É muito triste. A gente perde um

A PRIMEIRA PREFEITA DE SÃO PAULO

Luíza Erundina de Sousa, 84, é uma das mais emblemáticas personalidades públicas do PSOL. Sua trajetória mescla-se com as lutas sociais e políticas brasileiras, desde 1958. Sétima dos dez filhos do artesão de selas e arreios de couro, Antônio Evangelista de Sousa e de Enequina de Sousa Carvalho, Erundina começou a trabalhar ainda criança, vendendo bolos e doces produzidos pela mãe.

A vida militante começou na prefeitura de Campina Grande, onde foi Secretária Municipal de Educação e Cultura, em fins dos anos 1950, atuando mais tarde com as Ligas Camponesas, de Francisco Julião. Opôs-se claramente ao golpe de 1964.

Formada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba,

mudou-se para São Paulo em 1971. Na cidade, trabalhou na Secretaria de Bem-estar Social da prefeitura, com migrantes nordestinos da periferia. Logo, vinculou-se a movimentos por moradia, tornando-se liderança destacada.

Erundina foi fundadora do PT, em 1980. Elegeu-se vereadora dois anos depois e deputada estadual em 1986. O ponto alto da vida política se deu entre 1989-93, quando conquistou a prefeitura de São Paulo. Seria ainda ministra da Administração Federal, por poucos meses, em 1993 (governo Itamar Franco).

Em 1997 deixaria o PT, vinculando-se ao PSB, pelo qual se elegeu deputada federal em 1998. Em 2016 trocava a legenda pelo PSOL.

pouco a perspectiva de mudança no nosso tempo, embora considere que o projeto que nos inspira é o sonho maior de uma sociedade verdadeiramente democrática, civilizada, igualitária, justa, com um nível de relação em que a natureza humana seja a referência principal como elemento de igualdade, de dignidade e de direitos.

A situação atual é desafiadora por termos um governo aparentemente sem lógica. Há um projeto ultraliberal e um moralismo ideológico de extrema direita. Ele perde apoio social aceleradamente, mas segue forte. Como se explica o fato de um deputado apagado e conhecido apenas por ideias extremistas chegar à presidência da República?

A realidade maior é muito anterior a ele. Desde 2013, a meu ver, a jornada daquele movimento de massa com mais de um milhão de pessoas na rua durante o mês inteiro já era uma sinalização de que estava havendo uma virada da realidade política, da realidade social, e da realidade na dimensão plural. E isso estava gestando um governo e um presidente com as características dele.

Na sua opinião, não houve uma frustração em relação à segunda eleição da ex-presidenta Dilma, em que ela prometera emprego e desenvolvimento e ao assumir o governo, aplica um programa ultraliberal? Essa frustração não criou uma aversão à política e abriu espaço para um candidato como Bolsonaro?

É verdade. Mas o que mais pegou para chegar a esse resultado é a questão moral, a da corrupção. O que mais frustrou, no meu ponto de vista, foi a ideia da maioria de que qualquer um podia roubar, menos o PT. Acho que a questão moral tem um apelo muito forte nas camadas populares. Começou com o mensalão, em que ficou evidente que o PT pôs a mão.

Por que o PT não podia ser corrupto?

Pelo critério de que alguém de esquerda não poderia não ser ético e honesto. Esse é um valor popular importante, forte, embora, para nós, não seja o principal – a corrupção é efeito, não é causa. E, para o povo brasileiro, a questão da ética é muito importante. O PT é um pouco udenista nesse sentido. A origem cristã do PT, nas comunidades eclesiais de base, a força da igreja, a Teologia da Libertação... Muitos de nós

O índice de desemprego atinge mais de 13 milhões de pessoas e o subemprego já é o maior desde que teve início a série histórica, em 2012. Isso significa que 1 em cada 4 brasileiros aptos a trabalhar está fora do mercado de trabalho. A reação de Bolsonaro a esse quadro alarmante foi debochar e desacreditar as informações do IBGE

vínhamos de lá. Portanto, têm uma marca importante na nossa cultura, na nossa origem, esses valores cristãos. Alguns são bons, outros nem tanto, mas, sem dúvidas, na questão da honestidade, não roubar, não tirar do pobre, não tirar do público é um valor fundamental.

A primeira Constituição republicana, de 1891, estabelece o Estado laico. Nós estamos regredindo quase 130 anos nesse aspecto. Como a senhora ver o peso que as igrejas pentecostais passaram a ter na política?

Vamos pegar a história do Brasil, sobretudo, considerando a minha origem de classe. A religião foi sempre forte na política. O coronelismo, o poder, a disputa pelo poder, a conquista do poder e o exercício dele tinham como sustentação a religião. E era a religião católica, não a protestante. É verdade que, com as transformações da Teologia da Libertação e a renovação de certo setor da igreja, as coisas não se davam nos termos em que aconteciam tradicionalmente lá no nordeste.

Mas por que agora temos os evangélicos? Primeiro, o fenômeno dos evangélicos floresce nas camadas mais pobres, mais desassistidas, menos informadas, com menos acesso à educação. Além disso, eles têm uma metodologia e uma pedagogia muito forte. Atraem as pessoas e as reconhecem, criando um ambiente de elevação da autoestima. Aprende-se a ler a bíblia, a usar a bíblia. Há a música, o canto e a promessa da prosperidade. Se você faz isso para Deus, você vai ser próspero. O projeto político dos evangélicos começou a partir do momento em que eles buscaram eleger um vereador. Tal vereador neste ano, no próximo mais tantos e no próximo um deputado. Eles têm um projeto de poder que foi se construindo ao longo do tempo de forma consolidada, consistente, planejada e hoje tem um cara deles dirigindo o país. É um projeto de poder.

Em 1930, houve um golpe e uma mudança de regime. Em 1964, também houve golpe e uma mudança de regime. Em 2016, houve golpe, mas não uma mudança. Tivemos a eleição de um presidente de extrema direita, mas sem mudança de regime. Formalmente, estamos em um regime constitucional. Não é uma anomalia estarmos em uma democracia que não é uma democracia?

REPRODUÇÃO



Nunca tivemos democracia plena. A democracia representativa se exercita até num período como o de agora, mas a democracia participativa, direta, sem a qual não há soberania popular, não. O artigo 14 da Constituição, que estabelece os mecanismos de democracia direta e participativa,

nunca foi regulamentado devidamente.

O governo Lula era a grande esperança de alargar essa democracia. Como a senhora avalia o período de 2003 a 2016?

O projeto de Lula para presidente da República foi, a meu ver, muito pessoal. Era

O projeto político dos evangélicos começou a partir do momento em que eles buscaram eleger um vereador. Tal vereador neste ano, no próximo mais tantos e no próximo um deputado. Eles têm um projeto de poder que foi se construindo ao longo do tempo de forma consistente

o PT disputando para o Lula ser presidente sem um compromisso mais concreto, mais público e mais assumido de que seria outro projeto. A preocupação era de que, elegendendo o Lula, se teria completado o projeto do PT. Tanto é que as sucessivas eleições - Lula na segunda vez e Dilma na primeira e segunda vezes -, nunca foram realizadas a partir de uma avaliação de que os governos teriam que completar seu projeto, que se supunha ser aquele que deu origem ao PT. Aquele era o projeto de se promoverem as reformas. O PT não fez nenhuma reforma estrutural importante. Nenhuma. A estrutura de poder do Estado brasileiro e as relações com a sociedade civil não se alteraram essencialmente. Portanto, foi um governo progressista, popular, mais aberto ao diálogo, mas não um diálogo que atentasse para a soberania do interlocutor. A grande dívida histórica que o governo do PT deixou para a democracia brasileira é que desperdiçaram toda a popularidade, o prestígio e toda a força política que o partido tinha para promover as reformas pelas quais existia, ou existe, o PT.

A senhora não acha que houve uma melhoria do padrão de vida ao longo dos governos petistas?



BRUNO MENDES



A proposta de Lula para a presidência da República foi, a meu ver, muito pessoal. Era o PT disputando para o Lula ser chefe do Executivo sem um compromisso mais concreto, mais público e mais assumido de que seria outro projeto de país



Isso aconteceu diante de uma conjuntura internacional que favoreceu muito o Brasil. Mas distribuição de renda real nunca foi feita. O que se fez foi transferência de renda. O Bolsa Família e esses programas todos são políticas compensatórias. Você mandou para o Bolsa Família bilhões e bilhões durante vários anos e isso, de uma certa forma, dinamizou a economia local, o poder local. Mas tanto não emancipou esses setores que, logo que esse programa foi reduzido no peso e na importância, as pessoas voltaram a uma situação até pior. Não se mexeu na estrutura tributária e se fizeram reformas regressivas da Previdência.

Por que a Dilma foi derrubada e o Lula foi preso, se eram governos que, segundo a senhora, não realizaram reformas progressistas?

Porque era um governo de conciliação de classes. O próprio Lula costumava dizer que quem mais ganhou no governo dele foram

os pobres e os banqueiros. Ele não mexeu muito nos interesses da classe dominante. Acontece que isso tem limites. Os banqueiros não poderiam continuar ganhando tanto e, ao mesmo tempo, os pobres serem atendidos naquilo que é básico e fundamental. Portanto, houve um tempo, até pela crise econômica, que fez com que esse modelo já não pudesse mais oferecer aquilo que prometia e que, de uma certa forma, atendia aos interesses daqueles cujos interesses sempre foram garantidos.

Tivemos 13 anos de governos do PT e a sociedade parece ter se despolitizado. Isso aconteceu? Não lhe parece contraditório?

Sim, despolitizada. A gente tinha secretaria para tudo no PT. E eles impulsionavam a disputa na sociedade. Por exemplo, a política da educação. Tinha um setor do partido que elaborava a política da educação, e a militância ligada à educação militava no movimento de educação, interagindo dos dois lados. A política de educação que o partido elaborava por meio daquele coletivo era alimentada pela militância que, por sua vez, também se alimentava disso para levar posições aos movimentos. Ela influenciava o movimento politicamente, teoricamente, conceitualmente.

Portanto, havia uma imersão real, porque a gente veio de lá. A gente não foi para lá depois que teve o PT. A gente estava lá antes do PT. Então, nossa origem no movimento, na luta concreta, de uma certa forma, contribuiu para o PT ser aquilo que ele era no início.

O PT a atacou em duas oportunidades, pelo menos. Na primeira, quando a senhora foi para o governo Itamar, em 1994. Na outra, quando foi candidata à Prefeitura de São Paulo, em 2004, quando o vice era Michel Temer. O que acha dessas críticas?

Em relação ao Itamar Franco, a participação do PT foi determinante para derrubar o Collor. Por que o PT se recusou a ajudar o governo Itamar? Ele não tinha tanta legitimidade, não tinha partido nem condição pessoal que pudesse dar uma estabilidade para garantir que a outra eleição pudesse ocorrer. Havia um risco grande de instabilidade. Por que o PT não foi ajudar? Por um cálculo eleitoral. "Nós derrubamos o Collor. O Lula perdeu para o Collor. Na próxi-



O PT não fez nenhuma reforma estrutural importante. As engrenagens de poder do Estado brasileiro e suas relações com a sociedade civil não se alteraram. A grande dívida histórica que o governo do PT deixou para a democracia brasileira é que desperdiçaram toda a popularidade, o prestígio e toda a força política que o partido tinha para promover as reformas, que eram sua razão de existir



ma, será o Lula". Só que faltavam mais de dois anos. O PT deveria ter tido a responsabilidade de ajudar o governo e o país, mas não fez assim. Era um momento delicado da vida nacional e pensaram que se fossem ajudar o Itamar isso poderia comprometer a eleição do Lula.

Hoje a senhora reafirma essa posição?

Não tenha a menor dúvida. Eu estava saindo da Prefeitura de São Paulo com uma equipe excepcional. Apesar das dificuldades e da oposição do governo do estado, começando com o Quéricia [1987-91] e depois com o Fleury [1991-95], do governo federal, com Sarney [1985-91] e Collor [1990-92], e da Câmara Municipal durante os quatro anos de minha gestão, além do Tribunal de Contas, acho que nós acertamos muito mais do que erramos. Aprendi muito e saí com outro entendimento político, de ação política, e tinha a compreensão de que, inclusive, nosso governo havia participado da luta pelo impeachment do Collor.

Em determinada ocasião, a senhora convocou a militância e os movimentos sociais para se concentrarem na Câmara Municipal, algo que nenhum outro governo do PT fez. Como foi esse episódio?

A Câmara queria cassar o mandato porque o Tribunal de Contas recomendou rejeição das minhas contas. Até ali, o Tribunal tinha mais de 30 anos e nunca havia rejeitado conta de prefeito algum. Nós éramos minoritários na Câmara Municipal. Aí tentaram cassar meu mandato.

Essa experiência de estar no Executivo, sofrer uma ameaça, convocar o movimento social para defender a administração nunca se repetiu do lado do PT. Por quê?

Isso aconteceu a todo momento no nosso governo. Por que nós sobrevivemos com minoria durante quatro anos na Câmara? Por que nós sobrevivemos a um Tribunal de Contas que era um instrumento político contra o nosso governo? Por que nós sobrevivemos ao Partido dos Trabalhadores contra o nosso governo? Todo mês, a direção municipal se reunia, fazia o balanço do governo e punha na imprensa antes de falar com a prefeita, que era do partido. Só existe uma explicação para ter sobrevivido durante todo esse tempo. Foi o apoio popular real, e sem apare-

lhamento de movimento algum. Nós não trouxemos nenhuma liderança para o governo pelo simples fato de ser liderança de um movimento.

E outra coisa: essa prática de chamar o apoio popular não se fez apenas naquele momento, naquela situação com a Câmara. Quando entrei, os governos federal e estadual fecharam as torneiras de financiamentos. Na época, havia o Banespa, que arrecadava alguns tributos do município. E havia dívidas que a prefeitura tinha com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica. Eles fecharam a torneira enquanto não pagássemos dívidas de governos passados, que eles nunca cobraram! O presidente da Caixa não quis me receber. Eu coloquei, na frente da Câmara Municipal, um caminhão, e fui para cima dele com os movimentos. Naquele tempo, não tinha internet, mas o presidente da Caixa Econômica me mandou um telegrama, me chamando para conversar. Até ali ele não aceitava a audiência comigo, para eu poder colocar a situação da prefeitura. Eles iam inviabilizar o governo desde o primeiro momento.

A senhora não aceitou os limites daquela institucionalidade vigente?

A gente não foi lá para aceitar. A gente foi com uma proposta que se caracterizava por dois eixos. Primeiro, fazer um governo com inversão de prioridades: governar para a maioria e, ao mesmo tempo, cuidar da cidade, daquilo que é importante para manter a cidade com condições de vida para todo mundo. Porém, no investimento público, a meta era priorizar a periferia e as políticas sociais. Isso nós cumprimos do primeiro ao último dia. O chamado orçamento participativo era real. E era um orçamento feito regionalmente. A população definia as prioridades e era razoável na compreensão de que não dava para fazer tudo. Eles tinham instrumentos e informações, além de assessoria para acompanhar a execução orçamentária. Portanto, foi uma mudança. Acho que o governo correspondeu à origem, ao partido de esquerda não tanto por ter sido honesto, porque isso é o mínimo, e nem também pelas realizações. Um governo, mesmo que não seja de esquerda, mas que seja inteligente e capaz, pode atender, prioritariamente, a população. O que diferenciou nosso governo foi a mudança de cultura do que é ser governo.

“
Por que nós sobrevivemos com minoria durante quatro anos na Câmara? Por que nós sobrevivemos a um Tribunal de Contas que era um instrumento político contra o nosso governo? Por que nós sobrevivemos ao Partido dos Trabalhadores contra o nosso governo? Foi por causa do apoio popular real
”

Seu secretariado era composto por nomes de peso, como Lúcio Gregori, Marilena Chauí, Ermínia Maricato, Paulo Freire, Amir Khair, Paul Singer, Coronel Silvestre e outros.

Por isso, lastimo o que não aconteceu no governo Lula. Com Dilma não, porque nunca tive expectativa com ela. Mas os dois governos Lula, com o carisma, a popularidade e a capacidade que tinha com a massa, ele poderia ter feito tudo o que quisesse no primeiro governo. Mas ele conciliou. Nunca mexeu uma vírgula no marco legal das comunicações. Eles criticam a Globo e companhia, mas não fizeram nada. Trabalhei nessa área desde o primeiro mandato.

E como responder ao ataque relacionado à aliança com Michel Temer?

Veja, naquele tempo eu estava no PSB – após ter saído do PT – e o presidente do partido era o Miguel Arraes. O Quêrcia conversou com Arraes. Surgiu daí a negociação para que o Temer abrisse mão se ele ficasse como vice. Foi uma articulação nesse nível. Eu faria da mesma forma.

A esquerda parece ter retirado do horizonte de reivindicações coisas básicas, brandidas nos anos 1980, como emprego, salário, renda e comida. A esquerda que no governo praticou ajuste fiscal e austeridade não perdeu a sensibilidade às dores do povo?

Quando foi que o povo realmente protagonizou uma luta social e política real? Foi, primeiro, do lado da Igreja. É ela que organiza, que está junto todo dia lá na paróquia, como acontece hoje nos meios evangélicos. Aí veio junto a Teologia da Libertação e, ao mesmo tempo, o PT organizando politicamente a população. Os núcleos do PT tinham vida real. Eu militei nos núcleos por local de moradia, por categoria profissional. Ali era um núcleo real de vida política. E, ao mesmo tempo, organizava a população na defesa dos direitos sociais, humanos, de cidadania. Os movimentos eram fortes. Começa pelo movimento contra a carestia, depois pelo direito à creche. Era outra luta por posto de saúde, por coleta de lixo na periferia, pela canalização do córrego que enchia a casa dos pobres de cocô quando havia enchente.

Enfim, a ação dos movimentos sociais populares em torno de certas medidas veio com uma organização. A base da Teo-



logia da Libertação, o apelo pela fé, pela religiosidade e, ao mesmo tempo, um partido político nascendo dessa origem, mas trazendo o componente da política numa linha de reconhecimento de direitos, de organizar o povo davam o tom há 30 ou 40 anos. Eu me lembro que, antes do PT e dessa ação completa ligada a esses setores,

os movimentos populares não permitiam que se falasse em política. Não permitia se usassem politicamente os movimentos. Em vez de você politizar a luta, era neutralizar a luta sem que tivesse política no meio. Isso foi uma evolução no processo de ajudar a população a se conscientizar sobre a condição de sujeitos de direitos, da

força dela quando se organiza. Isso veio muito ligado ao PT, politizando a partir da população pobre se organizando por meio da Igreja progressista. Por isso, tem uma marca forte do PT. Mas o PT tinha uma pluralidade enorme de tendências. Não é só tendência da disputa interna de poder do partido. É de concepção de vida. Tinha os cristãos que estavam lá, os trotskistas que vieram do exílio, os leninistas que também vieram. Enfim, o PT era um amálgama de experiências políticas das mais diversas compreensões, misturado com os que estavam chegando do exílio e os que estavam começando aqui.

O que a move hoje para seguir essa militância de forma tão intensa, com viagens, reuniões e participações em atividades que fogem da rotina?

Primeiro, a responsabilidade de ter um mandato que não é meu. Eu tenho que dar conta disso. Tenho 84 anos e este é meu último mandato. Eu poderia pensar que, por ser meu último, poderia fazer de qualquer jeito. Eu não me casei, não tenho marido, não tenho filho, não tenho nada. Eu me doei à política, e não na política por ela mesma. E por quê? Porque eu acredito na história! O sonho me alimenta desde que me dei conta, precocemente, das coisas

“
Acho que nosso governo em São Paulo correspondeu à sua origem de esquerda não tanto por ter sido honesto, porque isso é o mínimo a ser feito, e nem também pelas realizações. O que diferenciou nosso governo foi a mudança de cultura do que é ser governo no Brasil
”



Luiza Erundina, lança o Fala São Paulo, em 23 de agosto de 1989. Foi a primeira televisão de rua de São Paulo

como elas são, de que elas precisam mudar e de que eu preciso contribuir com a mudança. Isso me acompanhou a vida toda, assim como a consciência de que dei a

minha vida com muita alegria, com muita felicidade. Não vejo sacrifício algum, faria tudo de novo. Não vou ver as mudanças que almejo no meu tempo de vida. Não sei em

qual geração essa transformação vai ocorrer, pois eu penso na perspectiva do tempo da história. A história não se mede só por anos, mas por décadas, séculos, milênios. E o sonho só vai se tornar real, se ele for capaz de sustentar o ânimo da gente, a alegria da gente, a disposição da gente de fazer política para além do nosso tempo.

Como a senhora ver o PSOL?

É a única alternativa de esquerda que existe, de fato, no Brasil. Não sei até quando. Não sei se, quando chegar ao poder, como o PT chegou, o partido não vai mudar. Mas a alternativa atual é o PSOL, com todos os defeitos que tem, com todas as brigas que temos. O sentimento que tenho com nós do PSOL é aquele que eu sentia na origem do PT. A essência, a substância mais forte que faz com que o PSOL seja reconhecido, apesar do tamanho dele e da pouca eficácia da nossa ação, é o sonho. O sonho é um negócio muito forte.

O PSOL é a única alternativa de esquerda que existe, de fato, no Brasil. Não sei até quando. Não sei se, quando chegar ao poder como o PT chegou, o partido vai mudar. Mas a alternativa atual é o PSOL, com todos os defeitos que tem, com todas as brigas que temos



O Brasil desamparado

Na guerra, a principal tática consiste em confundir o inimigo. Se um dos oponentes souber o próximo passo do outro, é possível reagir, contra-atacar ou, no mínimo, defender-se. Quando se consegue confundir o adversário e impedi-lo de saber dos passos seguintes, a disputa está decidida. A ausência de lógica e de racionalidade é uma movimentação de guerra, que até agora tem sido vitoriosa

Wanderley Codo

Bolsonaro já foi classificado como louco, perverso, ignorante, racista, homofóbico, mentiroso, autoritário, nepotista, perseguidor, mal-educado e des-

preparado. Tudo isso é verdade. Vejamos cada classificação.

Louco: Divulga pornografia (*golden shower*) para demonizar o carnaval.

Perverso: Elege Brilhante Ustra - o mais conhecido torturador da ditadura e o úni-

co a ser responsabilizado legalmente por isso - como herói nacional.

Ignorante: Não sabe nada do desmatamento e ainda contesta metodologias, consagradas internacionalmente, como a do IBGE e do INPE, punindo quem conhece.

Racista: Trata quilombolas como se fossem animais.

Homofóbico: “Venham ao Brasil para fazer sexo com mulheres, mas não para um paraíso gay”.

Mentiroso: “No Brasil não há fome e nem desmatamento”.

Despreparado: Se comporta como um garoto em uma pelada de rua, sem a mínima ideia da liturgia do cargo.

Falso: Afirma que o pai do presidente da OAB, foi justificado, quando a própria ditadura admitiu o assassinato.

Autoritário: Persegue jornalistas que o criticam e quando pode os manda demitir.

Nepotista: Indica um filho para ser embaixador nos Estados Unidos por ter frito hambúrgueres por seis meses no Maine.

Perseguidor: Considera todos os adversários como inimigos e até a *Folha de S. Paulo* recebe a ‘pecha’ de comunista.

Mal-educado: Xinga e agride os jornalistas que fazem perguntas incômodas.

Há que se notar, Bolsonaro é coerente, pois segue à risca o guru, o astrólogo iletrado Olavo de Carvalho, que afirmou, com razão, ser o segundo do governo, e que é o autor de pérolas como: “A ONU apoia o terrorismo”, “A Pepsi é feita com fetos abortados”, “Há uma conspiração comunista global e o movimento gay é parte dela”, “A Lei da Inércia é falsa e Isaac Newton era burro”, “Há livros ensinando crianças fazer sexo oral com elefantes” e

É preciso ter cuidado, prestar muita atenção, pois abaixo das sandices, logo abaixo das loucuras, está um projeto claro, um propósito bem delineado. Nos EUA, Bolsonaro assegurou que o governo terá a missão de “desconstruir” e “desfazer muita coisa”

“O Brasil hoje é uma ditadura comunista”.

Sim, coerente, escolhe uma ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos que beira a alucinações delirantes, um ministro da Educação empenhado em acabar com a Educação, um astronauta que vendia “travesseiros da Nasa” para cuidar da ciência e um chanceler que acredita ser o nazismo uma corrente de esquerda.

PROJETO CLARO

É preciso ter cuidado, prestar muita atenção, pois abaixo dessas sandices e abaixo das loucuras, está um projeto claro, um propósito bem delineado, declarado em prosa e verso, pelo próprio Bolsonaro na primeira cerimônia de beijar a mão dos EUA, na embaixada do Brasil, em março de 2019. Lá, ele assegurou que o governo terá a missão de “desconstruir” e “desfazer muita coisa”. Vai indo bem, está destruindo a aposentadoria, a rede de proteção social, a Amazônia, a vida indígena, e por aí vai.

Aqui não é o lugar de deslindar melhor esse projeto alucinado e fascista, realizado com afinco e enorme eficiência. É preciso prestar atenção ao método que esse projeto utiliza, talvez intuitivamente, talvez bem orientado por John Bolton e sua camarilha.

O escritor italiano Umberto Eco (1932-2016) nos avisava: “Para um Ur-Fascista não há luta pela vida, mas a vida é vivida

pela luta, Mussolini é dono da frase mais sintética sobre isso: ‘Somos fortes porque não temos amigos’”. O prefixo “ur” refere-se àquilo que é primordial ou essencial.

Governar, para Bolsonaro, é enfrentar inimigos, quando estes não existem ele os inventa, como o “kit gay”. Repare que falo *inimigos*, pois o fascismo não tem adversários, tem inimigos e o que promove é a mera destruição do inimigo, como Hitler contra os judeus. Bolsonaro chegou a declarar, com a elegância que é a sua marca: “Vamos acabar com o cocô, que são os corruptos e os comunistas”.

Não se pode acusar Bolsonaro de incoerente, as loucuras dele são compartilhadas fielmente por quase todo ministério.

O INIMIGO DE BOLSONARO É O BRASIL

Não discordarei se você concluir que o inimigo eleito por Bolsonaro, aliado a Trump e iluminado por Olavo de Carvalho, é o Brasil. Bolsonaro conta ainda com apoio interno para essa tarefa. *Destruição* é a palavra mais ouvida e temida do governo atual: destruir a Previdência, as Universidades, as empresas estatais.

Além da força bruta, que Bolsonaro usa sempre que consegue, há outros métodos de governo, leia-se, de eliminar os inimigos. O sociólogo Carlos Serra se utiliza de um verbo angolano, ‘confusionar’, provocar confusão no adversário, e elenca mandamentos para isso, sendo os preferidos de Bolsonaro:

Diabolização – “Jair Bolsonaro afirmou, durante um evento evangélico, que a ‘ideologia de gênero’ é ‘coisa do capeta’, o PT, a esquerda, são coisas do demônio, e devem ser exorcizadas. Note-se que todos - Rede Globo, Folha de SP, MEC - antes de serem destruídos, todos são comunistas, portanto, todos guerreiros do demônio, que devem ser destruídos. Como candidato, Bolsonaro afirmou querer abolir Paulo Freire do MEC com lança chamas”. A demonização encerra o inimigo em uma vala comum, o inferno, onde qualquer coisa que ele fizer será uma estratégia insidiosa para capturar nossa alma. Nenhum diálogo com ele faz sentido.

Ironia – Bolsonaro: ‘Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida’. A ironia, pesada e chula, quando usada contra um inimigo, destrói

O fascismo não tem adversários, tem inimigos e o que promove é a mera destruição do inimigo, como Hitler contra os judeus. Bolsonaro chegou a declarar, com a elegância que é sua marca: “Vamos acabar com o cocô, que são os corruptos e os comunistas”. Não se pode acusar Bolsonaro de incoerente

a capacidade de enfrentamento, de crítica, de contestação.

Complô – Aqui a função é dupla, Bolsonaro inventa complôs e depois os combate ferrenhamente, como as organizações comunistas que dominam as Universidades (sic) e organiza complôs contra a sociedade organizada.

Provocação – Carlos Serra, com razão, considera a provocação o mandamento que aglutina todos os outros, uma espécie de síntese de todos. Bolsonaro provoca a tudo e a todos, inclusive figuras tidas como aliados, como Sérgio Moro – “vai fazer troca-troca”. Procure, será difícil você encontrar uma fala de Bolsonaro no Twitter que não implique, direta ou indiretamente, uma provocação.

Confusionar O INIMIGO

O efeito de tudo é o de *confusionar* os inimigos, ou seja, todos nós. Qual o efeito da confusão que Bolsonaro provoca?

Já se viu que Bolsonaro governa como quem guerreia e que o inimigo somos todos nós. Na guerra, a principal estratégia consiste em confundir esse inimigo. Se você souber o próximo passo do contendor, você pode reagir, contra-atacar ou no mínimo se defender. Quando o inimigo conseguir *confusionar* e lhe deixar sem saber de nada sobre os próximos passos, você perdeu. A ausência de lógica e de racionalidade é uma estratégia de guerra, que até agora tem sido vitoriosa.

Se você apertar o botão, o elevador vem. Você aprendeu que, para trazer o elevador você precisa apertar o botão. Agora, imagine que o elevador não venha se você apertar o botão, você também aprende isso, o que não deve fazer para que o elevador venha. Você pega o biscoito e leva um tapa. Aprende a não pegar o biscoito para evitar o tapa. Se você levar o tapa porque não pega o biscoito, outra vez você aprende a evitar o tapa, você pega o biscoito.

Mas você pode aprender ainda outra coisa; imagine que você aperta o botão ou pega a bolacha e o elevador ou o tapa, venha algumas vezes e não venha outras. Idem, você não aperta o botão e não pega biscoito e às vezes o elevador ou o tapa vem ou não, você aprende. Aprende que nada do que você faça ou não faça lhe traz algum resultado previsível. Você aprende que não adianta fazer nada para controlar



Quadriga (latim quadri-, quatro, e jungere, juntas): carro ou carroça conduzida por quatro irracionais, lado a lado

as respostas do seu meio. Você está desamparado. Desamparo aprendido.

EVITANDO CHOQUES

O psicólogo estadunidense Martin Seligman estudou isso há meio século. Um cão recebia choques e tinha ao alcance uma alavanca para apertar e evitar o castigo. O seu par recebia os mesmos choques, mas não tinha alavanca para os evitar. Depois, os dois cães iam para uma situação na qual bastava saltar para o outro lado da gaiola em que haviam sido colocados para evitar o choque assim que ouvissem a campainha. Dessa forma, quem conseguia evitar os choques antes rapidamente aprendia a se livrar deles. No entanto, aquele que recebera choques inevitáveis, abaixava, gania, mas não conseguia evitá-los. O fenômeno é análogo à depressão, o **desamparo aprendido**. O mundo ensinou que não adianta fazer nada para evitar o sofrimento ou conquistar o prazer, e aprendemos a não fazer nada, a não agir ou reagir, sendo levado à depressão.

Isso dói, isso provoca sofrimento, sofrimento emocional.

O nosso mundo não é composto apenas de botões e biscoitos. A maioria das coisas que vivemos e enfrentamos tem origem e repercussão social. São situações que demandam um controle social, e que podem produzir a percepção de que nada do que fizermos pode alterar o quadro, somos vítimas do desamparo também em nível coletivo.

Um garoto que recebe castigos e afagos sem poder perceber o que fez para que um ou outro ocorra, é um forte candidato ao desamparo aprendido, um fenômeno psicológico análogo à depressão.

Uma tristeza profunda, sem fim, associada a sentimentos de dor, amargura, desencanto, desesperança, baixa autoestima e culpa, alguns sinais de depressão. Parece familiar?

DESESPERANÇA E INAÇÃO

Com a honrosa exceção dos estudantes, UNE e UBES, e dos 25% que ainda aprovam as sandices de Bolsonaro, o resto do país sofre de desesperança, sente-se incapaz de fazer algo e não faz nada. Claro que existem razões fortes advindas da má organização das forças progressistas ou ainda na falta crônica de um programa político, quer seja de enfrentamento, quer

Com a honrosa exceção dos estudantes, UNE e UBES, e dos 25% que ainda aprovam as sandices de Bolsonaro, o resto do país sofre de desesperança, sente-se incapaz de fazer algo e não faz nada. Há um estado psicológico de desamparo, normalmente associado à ansiedade

seja de alternativas de poder. Mas também há um estado psicológico de desamparo, um estado psicológico normalmente associado à ansiedade.

O psiquiatra Fernando Tenório escreveu um *post* no *Facebook*, relatado por Eliane Brum, no jornal *El País*: “Acabei de atender a um homem de 45 anos, negro, sem escolaridade. Nos últimos cinco anos, viu seus colegas de setor serem demitidos um a um e ele passou a acumular as funções de todos. Disse-me que nem reclamou por medo de ser o próximo da fila”. Tem sintomas de esgotamento que descambam para ansiedade. Qual o diagnóstico para isso? Brasil. Adoeceu de Brasil.

A REVERSÃO DO QUADRO

Os brasileiros estão doentes de Brasil, depressão e ansiedade que nos atingem como epidemia, cotidiano que nos entristece, com um dia a dia de absurdos vomit-



tados pelo presidente da República.

Haverá reversão, a menos que as Universidades já tenham sido eliminadas, a Amazônia tenha se tornado um deserto, os índios eliminados por garimpeiros, os velhinhos já tenham morrido trabalhando, ou por receber 400 reais por mês e o povo armado esteja se matando. A menos que não haja mais Brasil.

O Brasil sofre de desamparo e aprendeu que nada pode ser feito. Aprendeu a sofrer calado com todas as artimanhas usadas para nos confundir. Até agora, Bolsonaro e asseclas lograram o maior objetivo: destruir o Brasil. Para isso, instalar a ausência de uma resposta da sociedade aos descabros, como os cães de Seligman, aprendemos a não reagir.

A ausência de resposta das ruas aos descabros, o jogo de cebra-cega que assola a oposição e o silêncio constrangedor da cidadania não podem ser explicados apenas

pelo desamparo aprendido. Mas essa trama joga o papel na situação que estamos vivendo. Vale repetir, aprendemos todos

que não há nada a fazer, estamos todos acobalhados, tristes, vendo o mundo desabar, com a cabeça enterrada no chão,

à espera do pior. “A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão” Outra vez Chico.

Os cães do experimento de Seligman, só venciam a letargia quando eram puxados fortemente pela coleira, obrigados a enfrentar o desamparo. De quem, de onde virá o ato de força que nos obrigará a reagir? De nós mesmos?

De onde quer que venha, que não demore, ainda é tempo de salvar o país. Do brasileiro expulsar o sentimento de abandono a si mesmo, recuperar a dignidade que só se conquista com a cabeça erguida.

Haverá reversão da situação, a menos que as Universidades já tenham sido eliminadas, a Amazônia tenha se tornado um deserto, os índios eliminados por garimpeiros, os velhinhos já tenham morrido trabalhando e o povo esteja se matando. A menos que não haja mais Brasil



Wanderley Codo é professor titular aposentado do departamento de Psicologia Social da UnB.

É autor, entre outros, de *Educação, Carinho e Trabalho* (Editora Vozes).

A funcionalidade do ajuste fiscal para golpear os trabalhadores

O ajuste fiscal promovido por Dilma Rousseff e Joaquim Levy em 2015-16 teve como objetivo principal aumentar o desemprego, desorganizar a luta sindical e favorecer o grande capital. Os governos Temer e Bolsonaro deram continuidade e ampliaram tais diretrizes que enfraquecem a atuação do Estado na economia

123 REIMAGES

David Deccache
Carolina Resende

CRISE FISCAL OU FUNCIONAL? OS ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO

O Brasil, principalmente a partir de 2015, vive uma das maiores crises econômicas, sociais e políticas da história. Depois de atravessar entre 2014 e 2016 a segunda maior recessão já contabilizada, a economia brasileira assiste agora a mais lenta recuperação de que se tem registro.

O efeito concreto da crise se manifesta, principalmente, na elevada taxa de desemprego. De acordo com dados da Pnad Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas desempregadas mais do que dobrou em um curtíssimo intervalo de tempo.

Se no início de 2015 havia 6,76 milhões de desempregados, no fim de 2016 esse número já havia chegado aos 12,3 milhões. Atualmente, conforme dados do primeiro trimestre de 2019, a cifra alcançou 13,4

milhões. Já a taxa de subutilização da força de trabalho atingiu 25%, o maior nível da série histórica iniciada em 2012, ou seja, 28,3 milhões de brasileiros estão desempregados, desalentados ou trabalham menos de 40 horas por semana¹. Trata-se, portanto, de um absoluto desastre social.

¹ Em termos absolutos, são hoje 13,4 milhões de brasileiros desocupados (1,2 milhão a mais que no último trimestre de 2018), 65,3 milhões fora da força de trabalho e 28,3 milhões de subutilizados (recorde histórico). Já o número de desalentados chegou a 4,8 milhões.

Se a gravidade da crise é ponto pacífico no debate, o mesmo não se pode dizer dos diagnósticos e das medidas necessárias para o enfrentamento.

DIVERGÊNCIAS SOBRE A CRISE

Há grande divergência tanto sobre as causas da crise, quanto acerca das possíveis soluções para a retomada de níveis adequados de emprego e renda. Enquanto os campos liberal e conservador concentram o diagnóstico da crise no desequilíbrio fiscal, recomendando como solução uma agenda de contração dos gastos públicos, centrada especialmente na redução de R\$ 1.236,5 trilhão dos benefícios previdenciários, assistenciais e do abono salarial por intermédio da aprovação da PEC 06/2019², há um amplo setor progressista, deliberadamente ignorado pela grande mídia, que diverge fortemente tanto do diagnóstico quanto das soluções propostas pelos liberais. Oferecem como alternativa à agenda de retrocessos a ampliação dos gastos sociais e dos investimentos públicos, em paralelo a uma reforma tributária distributiva.

O diagnóstico convencional, predominante nos círculos conservadores e liberais, e que exerce alguma influência até mesmo no campo “progressista”, é de que a crise, em suas diversas formas de manifestação, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, decorre essencialmente de um grave desequilíbrio fiscal herdado do primeiro governo Dilma.

VISÕES OPOSTAS

O desequilíbrio fiscal seria fator de deterioração da confiança dos agentes econômicos, que deixariam de investir e passariam a adotar uma posição defensiva. Se aceito esse diagnóstico, a solução necessariamente passaria por um ajuste fiscal que combinasse contração dos gastos públicos com elevação de receitas.

Enquanto os campos liberal e conser-

² Os dados divulgados pelo próprio governo deixam claro que dos R\$1.236,05 trilhão que será reduzido, 81,85% se concentram nos mais pobres: corte de R\$ 34,8 bilhões no BPC (benefício para idosos em situação de miséria com renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo na família), cortes no abono salarial (entre 1 e 2 salários mínimos) de R\$ 169,4 bilhões além de uma redução de R\$ 807,9 bilhões no RGPS (onde 84% dos benefícios são de até 2 salários mínimos).

vador costumam dar ênfase aos cortes de gastos, os mais progressistas preferem um ajuste fiscal focalizado, prioritariamente, na elevação das receitas públicas por intermédio da majoração da carga tributária incidente sobre os mais ricos.

O núcleo duro do diagnóstico convencional é a correlação entre a desaceleração econômica e a deterioração de uma série de indicadores fiscais, principalmente os resultados primários, persistentemente deficitários, e a trajetória ascendente da relação entre a dívida pública interna e o PIB.

O problema desse diagnóstico é que se trata de uma argumentação meramente tautológica, que confunde causa com consequência. Foi justamente após a im-

posição do programa de austeridade que a dívida pública explode: de 2003 até 2014, a dívida líquida em relação ao PIB foi reduzida de 60,26% para 32,59%. Contudo, em 2015, ano de forte ajuste fiscal, que a dívida pública líquida sobe rapidamente até chegar a 54,13% do PIB³ em dezembro de 2018.

CONTRAÇÃO E DESACELERAÇÃO

A brusca contração dos investimentos públicos teve impacto extremamente negativo no crescimento econômico e na geração de empregos.

Ainda vale destacar que nos quatro anos de ajuste fiscal (2015-2018) acumulamos os maiores déficits primários da nossa história recente.

O resultado possui uma explicação razoavelmente simples: em meio a uma crise crônica que conjuga desemprego elevadíssimo com queda brutal dos salários, há uma forte e óbvia queda da demanda das famílias por bens e serviços. Logo, as empresas acumulam estoques, reduzem investimentos e ampliam demissões.

Se o Estado também cortar os gastos que seriam, por definição, direcionados às famílias e empresas, a economia entra em espiral recessiva. Com todos os agentes cortando gastos ao mesmo tempo, inclusive o Estado, não há caminho possível para o crescimento. Fora isso, com a queda na renda das empresas e famílias, a arrecadação do Estado também despenca.

A pergunta que resta é: se a política de austeridade fiscal deteriora as contas públicas, agravando o problema que supostamente pretende resolver, qual seria a real razão para a insistência em algo tão contraproducente? A explicação está na velha economia política e é a base do diagnóstico que aceitamos neste texto.

DESEMPREGO COMO ESTRATÉGIA

O primeiro efeito da austeridade é o aumento do desemprego. E o desemprego muda a correlação de forças entre trabalhadores e patrões: o medo de demissões é “disciplinador”. Dada a mudança na correlação de forças por conta do desem-

³ A dívida bruta se manteve em patamar estável entre dezembro de 2007 (56,72 %) e dezembro de 2014 (57,19%). A partir do programa de austeridade fiscal, iniciado em 2015, chegou a 78,36% (março de 2019).

Se no início de 2015 havia 6,76 milhões de desempregados, no fim de 2016 esse número chegou aos 12,3 milhões. Atualmente, conforme dados do primeiro trimestre de 2019, a cifra alcançou 13,4 milhões

Enquanto os campos liberal e conservador concentram o diagnóstico da crise no desequilíbrio fiscal, recomendando como solução uma agenda de contração dos gastos públicos, o setor progressista diverge fortemente do diagnóstico e das soluções liberais

prego, os trabalhadores passam a aceitar salários mais baixos e piores condições laborais. Por conta disso, os empresários, que só enxergam os salários como custo, consideram este rebaixamento a solução para a retomada da lucratividade em um momento de crise. Contudo, se os salários, do ponto de vista do capitalista individual, são apenas um custo, no agregado se tornam um componente fundamental da demanda para garantir a própria realização da produção capitalista. (Marx 2013, Kallecki 1943 e Lerner 1951).

A segunda função da austeridade é esmagar a capacidade do Estado em manter o funcionamento básico por meio da imposição de uma série de restrições orçamen-

tárias, abrindo, dessa forma, o caminho para o setor privado ampliar a participação em diferentes esferas de acumulação antes ocupadas pelo setor público.

AUSTERIDADE E REFORMAS

Dois casos recentes elucidam bem esse conflito de interesses e a “funcionalidade” da austeridade fiscal: quando o ministro da educação do governo Bolsonaro anunciou um grande corte de recursos em universidades federais, as ações das três maiores redes de ensino privado do país, Kroton Educacional, Estácio Participações e a Ser Educacional, dispararam imediatamente. O segundo exemplo é a pressão do setor financeiro pela aprovação de uma

ampla reforma da Previdência que força uma enorme massa de trabalhadores, desassistidos pelo Estado, a contratarem fundos privados.

O diagnóstico é particularmente aderente ao caso do Brasil, que manteve baixos níveis de desemprego e elevação dos salários reais acima da produtividade por um longo período. A não elevação da produtividade se deu por conta da insuficiência de políticas industriais tecnológicas, que somadas à manutenção da abertura comercial e à liberalização financeira, não favoreceu a sofisticação estrutural, situação que se aprofunda a partir da descontinuidade da elevação dos gastos com investimentos públicos no primeiro go-

verno Dilma⁴. Essa combinação, ao elevar a parcela dos salários na renda, reduziu as margens de lucros das empresas e acirrou o conflito distributivo, gerando uma forte reação dos capitalistas à política econômica vigente (Gráfico 1).

Em 2015, o governo Dilma cedeu às pressões do capital e alterou o regime da política econômica visando à resolução do conflito distributivo a favor do capital. Com a grande contração dos gastos públicos, o desemprego subiu fortemente e os salários despencaram (Gráfico 2).

ALTERAÇÃO DE ROTA

A alteração de rota em direção à austeridade fiscal plena foi conduzida pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy, detentor de um título de PDH em Chicago, berço do neoliberalismo, e ex-economista-chefe da gestora de investimentos Bradesco Asset Management. No dia 5 de julho de 2015, poucos meses após o início do programa de austeridade fiscal conduzido por Levy, Samuel Pessoa, um prestigiado economista nos círculos liberais, escreveu, em um surto de sinceridade, uma coluna na *Folha de S. Paulo* intitulada “Luzes no fim do túnel”, que corrobora nossa descrição sobre a real função do programa de ajuste fiscal:

Há duas semanas o IBGE divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) referente a maio. (...) A boa notícia foi a queda de 5% do rendimento médio real. **Aqui aparece o lado negro da economia. Queda de salário real é boa notícia!** O motivo é que a combinação entre queda de salário real e elevação da taxa de desemprego sugere que o mercado de trabalho está sendo mais flexível do que se imaginava há alguns meses.

O desemprego e a redução dos salários, ao contrário do previsto por Samuel Pessoa e outros tantos liberais, não foram a esperada luz no fim do túnel, mas sim o início da tempestade perfeita. Com empresas e famílias endividadadas, em paralelo à demanda em queda, o resultado foi o aprofundamento da crise econômica e, de

4 A taxa média anual de crescimento real dos investimentos do setor público entre 2011 e 2014 foi negativa: -1%, ao passo que no período entre 2006 e 2010 havia sido de 17%. A discrepância é ainda maior quando observamos o comportamento do crescimento real dos investimentos das estatais federais: se entre 2006-2010 a trajetória foi de crescimento de 23,2%, durante o primeiro governo Dilma houve recuo de -2,7% (ORAIR, 2016; SERRANO; SUMMA, 2015).

forma contraproducente, a expansão de déficits fiscais.

O diagnóstico do descontrole fiscal, além de ter sido útil para alterar a correlação de forças *capital x trabalho* e reduzir o espaço fiscal dos gastos sociais e investimentos públicos, também cumpriu, no caso específico do Brasil, uma função reacionária de caráter político e jurídico extremamente relevantes para o aprofundamento da agenda neoliberal. Em 2016, o diagnóstico do descontrole fiscal e a criminalização das políticas contracíclicas foram centrais para a sustentação jurídica do *impeachment* de Dilma Rousseff⁵.

Por fim, a mesma argumentação foi o elemento retórico, travestido de tecnicismo, que embasou a aprovação do novo regime fiscal, a Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como o teto dos gastos e que iremos detalhar a seguir.

CAOS FABRICADO

A ideia de caos político, econômico e social criou o cenário perfeito para imobilizar a reação popular a uma série de retrocessos, o mais grave deles a reforma trabalhista aprovada em 2017. Ela alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e criou modalidades de trabalho como o regime de sobreaviso e o trabalho intermitente.

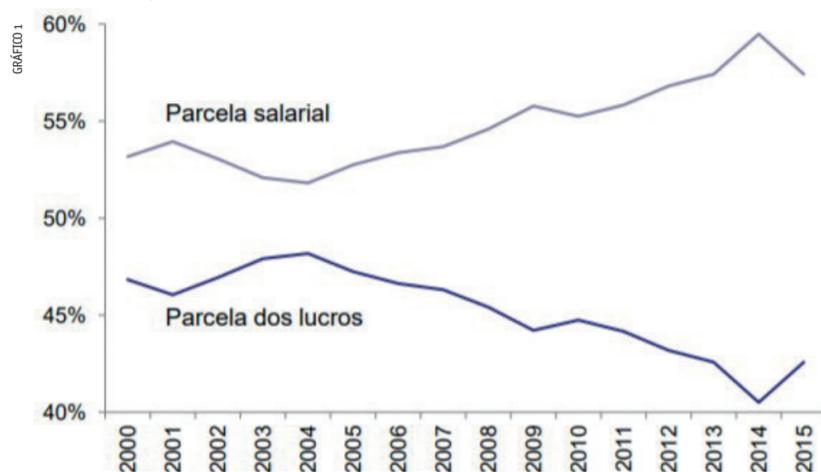
I. REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA E A REVOGAÇÃO DA EC/95

Poucos meses após o golpe parlamentar que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff, o governo Michel Temer impôs um novo regime fiscal que entrou em vigor a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95. Esta estabeleceu que as despesas primárias do governo seriam corrigidas, anualmente, de acordo com a inflação dos últimos 12 meses. Assim, em 2019, por exemplo, a inflação usada foi a medida entre julho de 2017 e junho de 2018. Dessa forma, mesmo havendo crescimento econômico e populacional, os gastos públicos permanecerão estáticos.

Haverá redução, ano a ano, do orçamento público em proporção ao PIB, queda essa que será potencializada pelo crescimento demográfico. É pior do que congelamento:

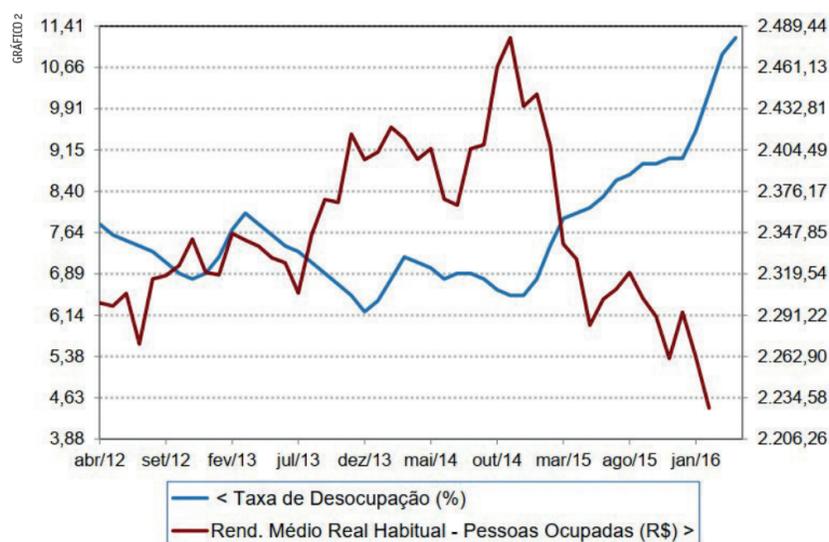
5 Que apesar de impor uma profunda agenda neoliberal sob o comando de Joaquim Levy em 2015, não era vista pelo mercado como o nome ideal para aprofundá-la.

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NO BRASIL, 2000-2015



Fonte: Marquetti, Hoff e Miebach (2016)

OS ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO: TAXA DE DESOCUPAÇÃO X RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL



Fonte: IBGE, elaboração própria.

trata-se de um amplo projeto de redução do tamanho do Estado e da constitucionalização da ideologia neoliberal de mercantilização de todas as esferas da vida. E isso é comprovado pelos dados: com a vigência do teto dos gastos, a participação do Estado na economia passará de 19,6% do PIB em 2015, para 15,8% em 2026 e 12% em 2036 (DWECK; ROSSI, 2016).

A bancada de deputados federais do PSOL elaborou uma PEC para revogar o teto dos gastos (EC 95/2016) e estabelecer um piso para a execução de investimentos públicos, que caíram de 4,06% do PIB em 2013 para 1,85% em 2017, nível mais baixo já registrado no país.

CARGA FISCAL DISTRIBUTIVA

Outra agenda sistematicamente marginalizada pelo Congresso e pelos economistas liberais é a elaboração de uma ampla reforma tributária progressiva. A nossa estrutura fiscal, além de complexa, é perversa com os mais pobres e benevolente com os mais ricos.

No Brasil, a tributação dos bens e serviços foge completamente do padrão internacional por dois motivos:

Primeiro porque na maior parte dos países essa modalidade de tributação é feita por meio de um único imposto sobre o valor adicionado (IVA). Nós temos cinco tributos sobre bens e serviços - três federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) - o que torna a carga tributária extremamente complexa e pouco transparente.

O segundo motivo tem a ver com regressividade. Quase metade da nossa arrecadação provém de tributos que incidem so-

O primeiro efeito da austeridade é o aumento do desemprego. Ele muda a correlação de forças entre trabalhadores e patrões: o medo de demissões é "disciplinador". Os trabalhadores passam a aceitar salários mais baixos e piores condições laborais

bre bens e serviços⁶, com baixa tributação sobre renda e patrimônio. Já nos países mais ricos, a tributação sobre bens e serviços corresponde a cerca de 1/3 da arrecadação, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Não por acaso, existe um amplo sentimento social de que os cidadãos pagam impostos de maneira excessiva e um alto grau de intolerância a propostas de aumento da carga tributária.

QUE REFORMA QUEREMOS?

Precisamos de uma reforma que aumente a arrecadação em bases progressivas (renda, patrimônio e transações financeiras) e a reduza em bases regressivas (con-

⁶ De acordo com os dados da Receita Federal, 47,69% do total da nossa carga tributária incide sobre bens e serviços.

sumo e produção). Esse simples realinhamento tem o potencial de:

- a) Taxar proporcionalmente mais os cidadãos ricos.
- b) Aliviar o peso da tributação sobre os mais pobres e a classe média.
- c) Reduzir a carga tributária sobre as empresas, transferindo parte do ônus para a pessoa física do sócio (hoje isento de contribuição).
- d) Estimular o setor produtivo, promovendo a competitividade sem fragilizar ainda mais as relações trabalhistas e a massa salarial.
- e) Redistribuir renda.

A PEC 45, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe a necessária fusão de cinco tributos que incidem sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A medida, além da simplificação, dará maior transparência à regressividade tributária. Caso aprovada a PEC 45, teremos o maior IBS do

O POLO DINÂMICO DA ECONOMIA: TIRAR DINHEIRO DE POBRE. NUNCA FALHA!



mundo, com alíquota próxima a 27%. Por isso, a bancada do PSOL propôs uma emenda para corrigir essa injustiça.

Se a emenda for aprovada, a redução do IBS, em valores absolutos, será de R\$ 159,4 bilhões, o que significa queda da alíquota total de 27% para 21,3%. A redução será alcançada pelo ajuste da tributação incidente sobre os muito ricos em cinco eixos: taxação de lucros e dividendos e fim

REFERÊNCIAS

- DECCACHE, David; RAIMUNDO, Lucas Di Candia. **Um estudo da carga tributária brasileira e seus efeitos na dinâmica socioeconômica.** In: Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Anais...Campinas(SP) IE-UNICAMP, 2019.
- DWECK, Esther; ROSSI, Pedro - **Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação.** Cad. Saúde Pública 2016.
- KALECKI, M. **Os aspectos políticos do pleno emprego, 1943.** Disponível na internet em: <https://jornalggn.com.br/gestao/aspectos-politicos-do-pleno-emprego-por-michal-kalecki/>
- LERNER, Abba. **The Economics of Employment.** New York: McGraw Hill, 1951.
- MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro - **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira,** 2016. Disponível na internet em <https://www.researchgate.net/312191358>.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

A ideia de caos político, econômico e social criou o cenário perfeito para imobilizar a reação popular a uma série de retrocessos. O mais grave deles a reforma trabalhista aprovada em 2017

da isenção de juros sobre capital próprio⁷; regulamentação do imposto sobre grandes fortunas⁸; majoração da alíquota máxima do imposto sobre heranças; cobrança de IPVA para embarcações e aeronaves; e criação da contribuição social sobre altas rendas da pessoa física (CSPF)⁹. Os ajustes propostos fazem com que a renda disponível de um trabalhador que recebe um salário mínimo aumente em 5,7%.

⁷ Alíquota de 15% para lucros e dividendos distribuídos e fim da dedução de juros sobre capital próprio da base tributável: impacto estimado de R\$ 55 bilhões.

⁸ Alíquotas entre 1% e 2% para patrimônios superiores a R\$ 10 milhões: impacto estimado em 36,7 bilhões.

⁹ CSPF com alíquota de 7,5%, incidindo sobre a renda das pessoas físicas superior a R\$ 1,2 milhão por ano.



David Deccache é economista e assessor da bancada do PSOL e doutorando em Economia pela UnB.



Carolina Resende é assessora técnica da bancada do PSOL e mestra em Economia pela FGV.

RESUMO DO IMPACTO AGREGADO DA EMENDA PROPOSTA PELO PSOL À PEC 45/2019

TRIBUTOS	IMPACTO FISCAL
Imposto sobre bens e serviços	Redução de R\$ 159,4 bilhões, com queda da alíquota do IBS de 27% para 21,3%
Taxação de lucros e dividendos	Elevação de R\$ 55 bilhões
Imposto sobre heranças	Elevação de R\$ 35 bilhões
Imposto sobre grandes fortunas	Elevação de R\$ 36,7 bilhões
Contribuição Social sobre altas rendas	Elevação de R\$ 28,1 bilhões
Cobrança de IPVA de embarcações e aeronaves	Elevação de 4,6 bilhões
Impacto total sobre a carga tributária	Impacto nulo



Embora seja ambíguo e incompleto, o programa Future-se, apresentado pelo MEC, busca dividir a comunidade acadêmica, isolar a Universidade da sociedade e descomprometer o Estado com o financiamento da educação superior pública. Ao atacar a pesquisa e as atividades de extensão, o governo Bolsonaro deseja aniquilar toda e qualquer forma de pensamento crítico

EDUCAÇÃO: uma ponte para o passado

Andréa Caldas

O programa Future-se, lançado pelo MEC¹, após as inúmeras mobilizações que ocorreram em protesto contra o contingenciamento de recursos das Universidades, apesar de ter sido apresentado como uma proposta de fortalecimento da “autonomia financeira das Universidades e dos Institutos Federais”, deixa claro, de

1 O programa foi lançado pelo MEC no dia 17 de julho e apresentado como minuta de Projeto de Lei, disponível para consulta pública, no site do ministério. O PL pretende mudar trechos de 17 leis atualmente em vigor, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal; a lei que trata dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; as regras para isenção tributária de importações e as regras de deduções do imposto de renda.

Desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro e seu núcleo mais próximo elegeram o campo educacional como alvo preferencial de ataques. Combinaram o discurso conservador com o interesse do ultraliberalismo

forma inequívoca, a pretensão de transferir a gestão das instituições públicas para a iniciativa privada e priorizar a captação de recursos externos.

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se) tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios. (Future-se, MEC, 2019)

Desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro e seu núcleo mais próximo elegeram o campo educacional como alvo preferencial de ataques. Combinaram o discurso conservador - fecundado pelas supostas denúncias de que as escolas e Universidades haviam se tornado antros de pregação

comunista e libertina - com o interesse do ultraliberalismo de: a) reduzir o financiamento público e b) ampliar o mercado de venda de serviços educacionais.

DOIS BRAÇOS

Assim, os dois braços de sustentação deste governo neoconservador, que mescla fundamentalismo religioso e divinização do mercado, encontram nesse programa do MEC/Área Econômica - já rebatizado de “Future-se” - a conjugação ótima.

Ressalte-se que as Organizações Sociais (OSs), modalidade de “parceria” escolhida pelo programa, são um tipo específico de iniciativa privada. Trata-se de uma qualificação - um título - que a administração pública outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Estado (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), para a realização dos fins.

Tal instituto jurídico é parte constitutiva da reforma do Estado, implantada no governo FHC nos anos 1990, com o objetivo de reduzir o papel social e de celebrar a decantada eficiência do modelo privado de gestão.

Com o programa será possível às OSs - “qualificadas” pelo governo² - terem acesso ao recurso público (inclusive ao patrimônio das Instituições de Ensino Superior), explorar a venda de serviços privados (patentes, serviços, pesquisas e até cobrança de mensalidades) e exercer o controle ideológico das atividades realizadas nas IFES.

Ao aderir ao Future-se, a IFES se compromete a: I. Utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos de gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização; II. Adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas pelo Ministério da Educação; III. Adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa. (Future-se, MEC, 2019)

A par disso, o governo aponta para um ainda incerto e indefinido “fundo de auto-

2 “Os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo Ministério da Educação ou por outros Ministérios, sem a necessidade de chamamento público, desde que o escopo do trabalho esteja no âmbito do contrato de gestão já existente.” (MEC, 2019)

nomia financeira das IFES” – eufemismo para a desobrigação do financiamento público da educação –, que será constituído por venda de serviços, capitalização financeira e eventuais doações de pessoas físicas e jurídicas, inclusive de “outros países, organismos internacionais e organismos multilaterais”. Ou seja, é o “vire-se” e “venda-se”.

UNIÃO ILUSÓRIA

Nesse ponto – no qual fica mais claro o caminho da privatização da educação superior – o discurso busca fazer parecer que teremos uma grande união cívica da sociedade brasileira, do empresariado nacional e internacional e das pessoas beneméritas em favor da educação, ciência e tecnologia do país.

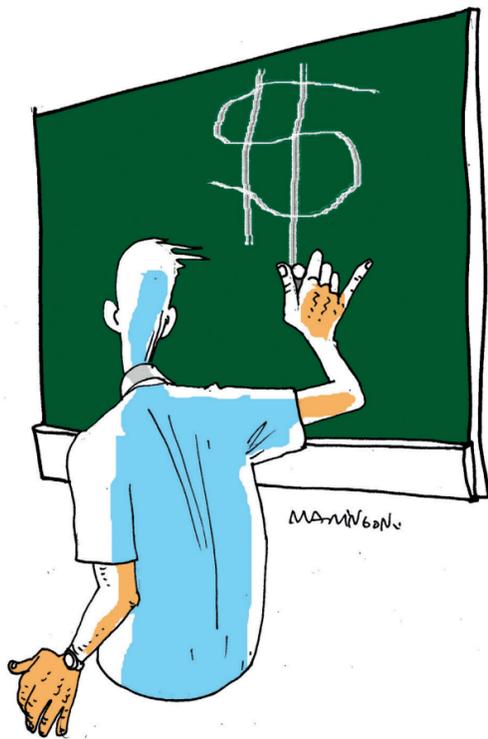
E isso ocorre precisamente após o governo celebrar um acordo de livre-comércio com a União Europeia para venda de grãos e compra de produtos industrializados e tecnologia.

Como bem observou Gilberto Maringoni (2019):

(...) ignora-se o fato de vivermos em um país com economia semiestagnada, com forte contração no mercado interno, insuficiência de demanda, retração de investimentos e ataques pesados à Ciência por parte do presidente da República e de outras autoridades. O governo eleito é francamente contra qualquer tipo de pesquisa empírica. (...)

Há um fator adicional: a desbragada desnacionalização da economia brasileira – iniciada sob a suserania Tucana – fez com que as empresas privatizadas e desnacionalizadas deslocassem para suas matrizes todo o setor de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Diante do quadro conjuntural e estrutural da economia brasileira, é razoável supor que, se houver investimentos privados nas Universidades e Institutos Federais, eles estarão imediatamente relacionados aos interesses de lucratividade imediata do mercado. Ficarão de fora todas as pesquisas de base que não possam produzir



O discurso oficial busca convencer a opinião pública que teremos uma grande união cívica da sociedade brasileira, do empresariado nacional e internacional e das pessoas beneméritas em favor da educação, ciência e tecnologia do país

resultados de curto prazo e todas as atividades de ensino e extensão que não tragam rentabilidade financeira.

Trata-se, portanto, de abortar qualquer possibilidade de ciência básica e de produção tecnológica soberana e transformar a educação superior em um grande *shopping center* de venda de serviços e fornecimento de estagiários de baixo custo.

O programa menciona, inclusive, que os professores universitários – mesmo com regime de dedicação exclusiva – podem criar *startups*, fornecer consultorias, vender patentes e o que mais o espírito empreendedor sugerir. De

pesquisadores a mascates, no reino do feliz mercado...

Estimula-se, assim, a competitividade interna entre setores, Universidades e Institutos. E, obviamente, as regiões e áreas mais dinâmicas e com proximidade às fontes de financiamento lograrão mais êxito, numa espécie de “darwinismo acadêmico”, antítese de qualquer programa nacional e mais igualitário.

Nessa lógica do divisionismo, o governo lança mão de outro requeentado ardid para a busca de aceitação do programa: a chamada adesão voluntária, antecedida por uma “consulta pública”.

Tal como ocorreu em 2011, no governo Dilma Rousseff para a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a administração pública transfere a decisão para as instituições. E, caso recusem a proposta, ficam sem acesso ao financiamento prometido. Despotismo travestido de suposto participacionismo.

O CANTO DE SEREIA DO INVESTIMENTO PRIVADO

Embalado pelos mantras da aludida ineficiência do setor público e amparado no anúncio apocalíptico do colapso do investimento estatal, o governo apresenta como boia de salvação para as Universidades e Institutos Federais, não o investimento privado, mas, especialmente, a

gestão privada. É esta, fundamentalmente, a mudança que o PL do Future-se pretende introduzir.

Isso porque, atualmente, já ocorrem diversas parcerias entre as Universidades e empresas privadas. Essas relações se dão pelo intermédio das Fundações de Apoio, regidas pela Lei nº 8.958 de 1994. A Lei de Inovação Tecnológica, de 2004, foi aprovada com o intuito de *criar ambientes cooperativos para a produção científica, tecnológica e de inovação, incentivando a interação entre as instituições de ciência e tecnologia – e as universidades – e as empresas*. E o novo marco legal da inovação, estabelecido pela Lei nº 13.243/2016, ampliou ainda mais os mecanismos dessas possibilidades, incluindo arrecadação financeira, por meio das Fundações e compartilhamento de espaços das Universidades por empresas.

O que o Future-se pretende, portanto, é criar um novo intermediário dessas relações entre o público e o privado, na figura das Organizações Sociais, *a serem credenciadas pelo governo federal*.

Ao criticarmos essa estratégia do governo federal não se pretende negar a relação entre as atividades acadêmicas e potenciais resultados econômicos. É salutar e desejável que a Universidade esteja articulada a um projeto de desenvolvimento econômico e social. Aliás, esse é um dos pressupostos da Lei de Inovação Tecnológica de 2004. O problema é condicionar

O Future-se pretende criar um novo intermediário das relações entre o público e o privado, na figura das Organizações Sociais, entidades privadas a serem credenciadas pelo governo federal

o financiamento da produção da ciência e da tecnologia aos interesses de quem está disposto a pagar.

Ou seja, é possível que algumas pesquisas, desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços encontrem patrocinadores, como já ocorre hoje. Mas, o que ocorrerá com aquelas atividades – de ensino, pesquisa, extensão, cultura e produção tecnológica – que não obtiverem financiamento privado?

As chamadas pesquisas básicas são fundamentais para o desenvolvimento de investigações mais instrumentais ou no desenvolvimento de produtos. E no mundo inteiro, tais pesquisas que demandam maior prazo de desenvolvimento e maturação, além de envolverem mais riscos e terem resultados mais incertos, contam com o financiamento estatal. Ademais, é preciso lembrar que nem tudo o que a Universidade deve produzir está vinculado aos interesses do mundo produtivo, no sentido estrito. Sua função social envolve várias áreas da formação humana.

E, por fim, a Universidade pública é reconhecidamente responsável pela maior parte da produção científica e tecnológica. Isso tem a ver com investimento público, com regime e condições de trabalho e com um ambiente mais plural e autônomo. Transformar professores em horistas ou mesmo em empreendedores pode, à primeira vista, fazer com que se aumente a produção quantitativa de serviços, mas,



fatalmente, desestimulará pesquisas e processos de mais longo prazo, que envolvam mais riscos e ousadia.

MUITO AQUÉM DO PASSADO

Diversos foram os obstáculos e dificuldades históricas no percurso da construção da Universidade, bem como da produção da ciência e tecnologia, em nosso país.

Ainda que não seja possível, pelas limitações do presente artigo, aprofundar a análise desse processo, é inegável que a forma como essas áreas são tratadas diz muito do projeto de desenvolvimento social e econômico que se pretende, em cada tempo e lugar.

A marca elitista e excludente da sociedade colonial e dependente atrasou a gênese dessa arquitetura. Tanto assim que é somente a partir dos anos 1930 que o Estado assume a tarefa de organizar o sistema universitário brasileiro em todo o território nacional, com a finalidade de:

Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931, art. 1º.)

Esse debate se agiganta nos anos 1950-60, com a decisiva mobilização dos estudantes pela Reforma Universitária, na direção de instituições voltadas aos interesses da soberania nacional e do povo. Tal efervescência cultural e política é ceifada pela ruptura do golpe de 64.

Paradoxalmente, entretanto, mesmo em tempos de ditadura, o governo militar não abdicou de um projeto – centralizador e autoritário, é verdade – de desenvolvimento científico e tecnológico, como se lê no II Plano Nacional de Desenvolvimento, publicado em dezembro de 1974:

Juntamente com a política de recursos

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>.
BRASIL. República Federativa do. II PND: Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Lei 6.151 de 4 de dezembro de 1974. Publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro de 1974.
MARINGONI, Gilberto. O Future-se e as ilusões de verbas em penca. <https://jornalggn.com.br>. 24/07/2019.
MEC. Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, e dá outras providências. (Minuta de Projeto de Lei/programa_futurese_consultapublica.pdf. 2019.

A Universidade pública é reconhecidamente responsável pela maior parte da produção científica e tecnológica. Isso tem a ver com investimento público, com regime e condições de trabalho e com um ambiente mais plural e autônomo

humanos, o desenvolvimento científico e tecnológico é considerado, na estratégia de desenvolvimento, muito mais que um simples programa setorial. Ciência e tecnologia, no atual estágio da sociedade brasileira, representam uma força motora, o conduto, por excelência, da ideia de progresso e modernização. Trata-se de colocar o conhecimento moderno, com eficácia e sentido de prioridade, a serviço da sociedade. No campo econômico, o desenvolvimento tecnológico terá, no próximo estágio, o mesmo papel dinamizador e modernizador que a emergência do processo de industrialização teve no pós-guerra. Esse aspecto é importante, principalmente, pela função da tecnologia, de produzir em massa, para, através da adequada distribuição de renda, universalizar o consu-

mo de certos bens e serviços, levando a toda a população o que, em outras épocas, era privilégio de poucos. (...)

Em dimensão mais ampla, ciência e tecnologia devem servir aos objetivos gerais da sociedade brasileira, inclusive em seus aspectos sociais e humanos, na garantia da qualidade da vida, na defesa do patrimônio de recursos naturais do País. (...)

É necessário preservar o equilíbrio entre pesquisa fundamental, pesquisa aplicada e desenvolvimento, como estágios de um processo orgânico, articulado com a economia e a sociedade. A ausência desse equilíbrio levará necessariamente a distorções. A ênfase excessiva na formação de pessoal e na pesquisa básica conduz a evasão de cérebros e ao isolacionismo do sistema científico. A fixação em tecnologia gera o imediatismo e o desbalanceamento das prioridades sociais." (II PND, BRASIL, 1974, p. 135-6)

Ou seja, o que o programa do governo Bolsonaro almeja não é apenas interromper a ampliação de vagas no ensino superior público, ocorrida na última década, ou mesmo interditar as metas do Plano Nacional de Educação que prevê a expansão da graduação e pós-graduação.

O autodenominado "Future-se" desvela, na sua forma agramatical, um propósito muito mais perverso, que é recuar até antes dos primórdios da república, mesmo dessa inacabada e limitada república.

É em meio a esse caleidoscópio de preteritos e retrocessos que todos nós, que defendemos a educação pública e o desenvolvimento nacional soberano, temos de encontrar forças para articular ações decisivas que impeçam que se destrua o sistema federal de educação e qualquer promessa de educação nacional e democrática.



Andréa Caldas é professora e pesquisadora de políticas educacionais da

UFPR. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Relações Público e Privada na Educação - FACED/UFRRS. Ex-presidente do Fórum de Diretores (as) das Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas.

Petrobras energia em desintegração

Processo de desinvestimento, venda de refinarias, sistema de distribuição e transportes causam grandes prejuízos à Petrobras e inviabilizam autossuficiência brasileira em petróleo. Governo favorece transnacionais do setor

Raquel Oliveira Sousa

A Petrobras em sua página oficial da internet se define como uma "empresa integrada de energia que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única"¹. Está presente "nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica,

¹ <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/plano-estrategico/>

ca, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis."².

Porém, o Plano de Desinvestimento, em especial após o golpe de 2016, tem levado à desintegração da estatal, com a saída do setor petroquímico, de biocombustíveis, de gás natural, de transporte e, por fim, com a entrega de 60% do parque de refino.

² <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>

Essa privatização fatiada está transformando a Petrobras numa empresa desintegrada e que tem por consequência a perda da soberania energética do país.

NEGÓCIOS LESIVOS AO PAÍS

Esse Plano de Desinvestimento, codinome para privatização, sofre de três problemas que o tornam imensamente lesivo ao Brasil:

a) Todas as vendas estão sendo realizadas sem licitação, por meio de convites

com compradores escolhidos a dedo e de forma obscura.

b) O preço total é vil, o que salta aos olhos pela apreciação de poucos dados como se demonstrará.

c) Implica sério ataque à soberania nacional ao presentear o capital estrangeiro com o controle de toda a malha de transporte de gás do país, a produção de fertilizantes, 60% do parque de refino, a distribuição de gás de cozinha e de uso industrial, termelétricas, o maior polo integrado de resinas de poliéster das Américas, o Complexo Petroquímico de Suape, e com as imensas reservas de óleo e gás do Pré-sal.

A premissa do Plano de Desinvestimento é a saída da Petrobras de áreas ditas “não estratégicas”, para levantar recursos a serem utilizados na atividade principal, a extração de petróleo, em especial da área do Pré-Sal.

Mas a venda do campo de Carcará e das gigantes concessões de Lapa e Iara, todos na bacia de Santos, demonstra que o Plano de Desinvestimento é uma grande fraude e foi urdido contra a própria Petrobras e o Brasil.

PRÉ-SAL A PREÇO DE BANANA

Carcará é um dos maiores campos de petróleo do país, considerado uma das joias da coroa do Pré-sal, capaz de gerar enormes lucros. Um total de 66% do campo foi vendido para a norueguesa Equinor por irrisórios US\$ 2,5 bilhões. Os outros 34% do campo pertencem a Queiroz Galvão e Barra Energia.

Mesmo considerando a pior estimativa de reservas de Carcará - 700 milhões de barris - o valor que a Equinor pagará é irrisório. Façamos as contas: US\$ 2,5 bilhões divididos por 66% de 700 milhões de barris = US\$ 5,41 por barril.

Mesmo considerando a pior estimativa de reservas de Carcará - 700 milhões de barris - o valor que a Equinor pagará por 66% do campo pertencentes a Petrobras (34% do campo pertencia a Queiroz Galvão e Barra Energia) por barril é irrisório.

Mas a negociata é ainda mais daninha: as reservas de Carcará chegam a dois bilhões de barris, como informa a Federação Brasileira de Geólogos com base em dados da própria Petrobras. Então, cada barril de óleo foi vendido por cerca de US\$ 2!

Ou seja, quatro vezes menos que os US\$ 8,51 por barril que a Petrobras pagou ao



O Plano de Desinvestimento da Petrobras tem levado ao desmonte da estatal, com a saída do setor petroquímico, de biocombustíveis, de gás natural, de transporte e, por fim, com a entrega de 60% do parque de refino

governo no contrato de concessão onerosa, firmado em setembro de 2010, para explorar e extrair cinco bilhões de barris do Pré-sal.

Negociata de igual magnitude ocorreu na venda de 35% do Campo de Lapa e de 22,5% da Participação da Petrobras na Concessão de Iara.

O campo de Lapa é um dos maiores do Brasil, com reservas provadas de 1,6 bilhões de barris de petróleo e 39 bilhões de metros cúbicos de gás.

A concessão de Iara contém oito campos de petróleo (Berbigão, Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Sururu, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu e Oeste de Atapu), com a fabulosa quantidade de 5 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade.

Essa imensa riqueza foi presenteada à empresa francesa Total por irrisórios US\$ 2,225 bilhões, e destes, apenas US\$ 1,675 bilhão à vista.

No meio dessa negociata, a Total tam-

bém foi presenteada com 50% da participação da Petrobras na Termobahia, empresa que controla duas usinas termelétricas:

a) A moderna usina Celso Furtado, uma planta industrial integrada à refinaria Landulpho Alves, de Mataripe (RLAM), com capacidade nominal instalada de 185,89 MW de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor.

b) A moderna usina Rômulo de Almeida, uma planta industrial integrada ao polo petroquímico de Camaçari, com capacidade instalada de 138 MW de energia elétrica e 42 toneladas por hora de vapor, em ciclo combinado.

Essas vendas ocorreram por meio da nebulosa e tenebrosa “parceria” com a Total, mundialmente consagrada por corrupção de agentes políticos:

a) Nos EUA, a Total assinou acordo de leniência reconhecendo a prática de suborno e corrupção ativa e pagou multa de

US\$ 245 Milhões por ter destinado propina a políticos iranianos com o objetivo de obter a concessão de South Pars, o maior campo de gás do mundo.

b) Na França, a Total foi condenada a pagar multa de US\$ 825.000 por corromper funcionários do governo do Iraque.

c) Na Itália, altos executivos da Total foram presos por subornar políticos italianos, para obter a concessão do campo de petróleo de Basilicata, maior campo de petróleo terrestre da Europa.

A ENTREGA DA NTS E DA TAG

A descoberta do Pré-sal elevou o Brasil à posição de grande produtor mundial de óleo e gás. Isso só foi possível devido a Petrobras.

A existência da Petrobras como empresa integrada de energia também é requisito essencial para realizar o processo de exploração e produção do Pré-sal de forma de eficiente.

A privatização fatiada está transformando a Petrobras de uma empresa integrada de energia em uma empresa desintegrada e que tem por consequência a perda da soberania energética do país

Aqui vale a história do tesouro numa ilha distante e deserta: ele só tem valor se puder ser transportado da ilha para o continente.

O óleo e gás do Pré-sal são o tesouro. A Nova Transportadora do Sudeste (NTS) é o barco.

A Petrobras tinha o tesouro e o barco nas mãos. Vendeu o barco e agora depende do barqueiro para escoar toda a produção do Pré-sal das plataformas para o continente.

A NTS é uma empresa 100% construída com dinheiro público, que controla uma imensa rede de dutos de gás natural, pelos quais o gás produzido nos campos de petróleo de alto mar na bacia de Campos e na bacia de Santos é transportado para o continente e distribuído.

Os dados publicados no “Manual da Assembleia Geral”, distribuído aos acionistas mostram que:

Essa rede de dutos está pronta e funcional e opera com lucratividade imensa, que atinge cerca de 85% do faturamento. Ela apresenta as seguintes características:

a) De 2013 a 2015 o lucro bruto da NTS foi de R\$ 8,369 bilhões.

b) A projeção dos lucros da NTS até 2028 é de R\$ 49 bilhões.

Esse gigantesco patrimônio foi doado pelo valor equivalente a cinco anos do lucro da NTS, ou seja: o feliz comprador pagou cerca de R\$ 17 Bilhões e tem lucro garantido de R\$ 49 bilhões.

A isso se soma a catastrófica cláusula “ship-or-pay”: a Petrobras assume o compromisso de pagar um valor mínimo de aluguel pela utilização dos dutos de gás da NTS, mesmo que não utilize toda a quantidade de gás prevista. Dessa cláusula resulta que a Petrobras pagará aos novos donos da NTS o valor anual mínimo de quase R\$ 3 bilhões.

Na prática, a Petrobras fornecerá ao comprador o dinheiro para pagar as próximas parcelas. A venda da NTS representou imenso prejuízo à Petrobras, comprovado pelo Relatório ao Mercado Financeiro (RMF) – do 2º trimestre de 2017³.

O item 6 das informações adicionais do RMF contabiliza os ganhos apurados na venda da NTS.

No mesmo item 6 do RMF destaca que, por outro lado, houve um aumento de

³ <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-financeiros/holding>

O discurso governamental de se acabar com o monopólio do transporte de gás natural no país é uma verdadeira falácia, pois apenas transferiu o monopólio da Petrobras para dois grandes grupos privados estrangeiros

63% das despesas de vendas em relação ao trimestre anterior e que esse aumento é decorrente de:

Despesas de vendas de R\$ 3.889 milhões 64% superior ao 1T-2017 (R\$ 2.390 milhões) devido ao aumento dos gastos logísticos em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS (R\$ 1.010 milhões)

VENDAS IRRESPONSÁVEIS

Aproximadamente, um sexto do valor recebido pela venda da NTS foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos em apenas um trimestre: todo o valor recebido pela venda da NTS terá sido pago em aluguéis em apenas 18 meses.

Mesmo ciente dos prejuízos obtidos com a venda da NTS, o governo e a direção da Petrobras resolveram vender outra importantíssima subsidiária a TAG.

Assim, como a NTS a TAG é uma empresa 100% construída com dinheiro público, que controla uma imensa rede de dutos de gás natural, por dos quais se transporta todo o Gás produzido no Norte e Nordeste do País. Isso representa cerca de 47% da extensão de gasodutos no Brasil e 26% do total de capacidade de transporte de gás natural do país.

A venda ocorreu nos mesmos moldes da NTS, com a cláusula “ship-or-pay”.

A TAG produziu um lucro líquido de R\$ 7 bilhões em 2016 e foi vendida para a ENGIE por 33 bilhões de reais, ou seja, por menos de cinco anos de lucro!

O resultado da venda da NTS e da TAG é que toda a malha de gás do país está hoje sob o controle da Brookfield (um fundo de investimentos estrangeiros) e do grupo francês de energia Engie.

O discurso governamental de se acabar com o monopólio do transporte de gás natural no país é uma verdadeira falácia, pois apenas transferiu o monopólio da Petrobras para dois grandes grupos privados estrangeiros.

A FALÁCIA DO ACORDO COM O CADE

A Petrobras firmou um termo de compromisso de cessação de prática com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão do Ministério da Justiça que busca fiscalizar, prevenir e apurar abusos do poder econômico. Nesse acordo se obrigou a vender oito refinarias.

A Petrobras não era obrigada a assinar

qualquer termo de compromisso com o CADE, pois não cometeu ou está cometendo qualquer infração à concorrência ou abuso do poder econômico.

Desde a Emenda Constitucional 09/95, que quebrou o monopólio estatal do petróleo, qualquer ente privado pode atuar na atividade de refino no país, conforme o artigo 53 da Lei do Petróleo.

A Petrobras detém a quase totalidade das refinarias do país. Desde a quebra do monopólio, praticamente nenhum ente privado quis arcar com os vultuosos custos para a construção de novas refinarias.

Assim, não cabe ao CADE exigir que a Petrobras presenteie a iniciativa privada com as refinarias construídas com dinheiro público, sob o pretexto de prática abusiva ou monopolista.

Da mesma forma o CADE não pode exigir que a Petrobras efetue vendas sem licitação. Mas é isso exatamente o que consta do tal termo de compromisso: que a venda das refinarias seguirá a inconstitucional sistemática de desinvestimentos e o inconstitucional Decreto nº 9.188/17, burlando as regras da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16) pela qual qualquer venda de ativos deve obrigatoriamente ser feita por licitação.

Para burlar a lei e vender as refinarias sem licitação, a Petrobras:

a) Criará uma empresa e para ela transferir os ativos (refinarias, terminais e o conjunto de oleodutos que interligam a refinaria e os terminais).

b) Em seguida alienará 100% da participação na empresa criada, buscando se beneficiar da decisão proferida pelo STF na ADI 5624, de que para alienação de controle acionário, não se exige licitação, mas apenas procedimento concorrencial.

Ora, a Lei nº 9478/97 (Lei do Petróleo) autorizou a Petrobras a constituir empresas subsidiárias, apenas e tão somente para o “estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo.” (Art. 64)

Por óbvio que o ato de criar uma subsidiária apenas para alienar os ativos sem licitação, não se encaixa no “estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo”.

Então é incontestável o desvio de finalidade, que “se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na



A Petrobras detém a quase totalidade das refinarias do país. Desde a quebra do monopólio, praticamente nenhum ente privado quis arcar com os vultuosos custos para a construção de novas refinarias

regra de competência.” (Artigo, 2º, “e”, da Lei 4717/65)

TENTATIVA DE RECOLONIZAÇÃO

A Petrobras cumpriu papel fundamental para garantir a soberania energética do país.

Realizou altos investimentos no descobrimento e possui a tecnologia necessária para a exploração de novas e imensas reservas de óleo e gás no Pré-sal e em águas ultraprofundas, levando o país à autossuficiência na produção de petróleo.

Também investiu, de forma insuficiente é verdade, na construção de refinarias para garantir que o país não ficasse totalmente dependente das empresas estrangeiras para obter combustíveis (gasolina, diesel) e derivados.

Também fez altos investimentos na obtenção de formas alternativas de geração de energia com a construção de termelétricas, de unidades industriais para a produção de biodiesel.

Como empresa integrada de energia, também promoveu o aproveitamento eficiente de toda a matéria prima na indústria petroquímica e de fertilizantes, bem como construindo uma imensa infraestrutura para aproveitamento de circulação de matéria prima e produtos finais.

Em resumo, teve papel fundamental no processo de industrialização do país ao fornecer energia e matéria-prima para os mais diversos setores da indústria.

Por óbvio o processo de desintegração da Petrobras, tem o efeito reverso: a perda da soberania energética e do processo de industrialização, vez que deixa nas mãos do capital internacional a decisão sobre o que o país irá produzir, o quanto dessa produção será voltada para o mercado interno e, conseqüentemente, o que o país será obrigado a importar.

No caso das refinarias, por exemplo, vem sendo implementada uma política de sucateamento e redução da capacidade de refino para obrigar o país a importar cada vez mais combustível e derivados a preços regulados pelo mercado internacional, cujo resultado é o preço exorbitante nas bombas.

A venda das refinarias vai aumentar ainda mais a nossa dependência das importações. Já se perguntaram por que Esso, Shell e outras, nunca quiseram construir uma refinaria no Brasil?

A resposta é simples: elas lucram mui-



Barrar o processo de privatização da Petrobras é essencial para que o Brasil possa gerar emprego e renda e garantir combustível e gás de cozinha a preços baixos aos trabalhadores

to mais explorando e extraindo petróleo bruto do país, refinando esse óleo nos países de origem e depois exportando os produtos para cá.

É a mesma lógica do Brasil colônia em pleno século XXI: exporta-se matéria prima e importa-se produto manufaturado.

Barrar o processo de privatização da Petrobras é essencial para que o Brasil possa gerar emprego e renda e garantir combustível e gás de cozinha a preços baixos aos trabalhadores.



Raquel Sousa é historiadora formada pela Unesp e advogada do movimento

sindical, em especial da categoria petroleira, na qual atua há 12 anos.

A nova lei do saneamento e a privatização dos serviços

A venda das empresas públicas de saneamento pode acarretar elevação de preços para o consumidor, restrição de serviços a áreas nobres das cidades e falta de investimentos para a expansão dos serviços

Francisca Adalgisa da Silva

No Brasil, existe uma flagrante desigualdade regional quando nos referimos ao saneamento. Os dados mostram que a desigualdade no acesso ao saneamento básico está relacionada com condições de

moradia, renda, nível de escolaridade da população, desenvolvimento local e gestão da prestação de serviços. Há também diferenças macrorregionais nos índices de investimento e no desenvolvimento do setor, que dizem respeito à organização do Estado e aos modelos de planejamento adotados.

Historicamente, os investimentos sofrem expressivas oscilações e discontinuidades. Um exemplo está na década de 1980, que expressou o grande endividamento dos anos 1970. Na época, a expansão da economia brasileira procurava seguir as transformações do processo produtivo internacio-

Nos anos 1990, com a indução à desnacionalização da economia, o processo de privatização do Estado e das empresas e o esvaziamento dos projetos sociais evidenciam os modelos de mercado de investimentos. Foram afetados todos os campos da atividade estatal, inclusive o saneamento



nal, como o acelerado avanço tecnológico, a fragmentação produtiva ao redor do globo, os novos rumos da economia mundial e a abertura de novos mercados capitalistas, que propiciaram novas relações entre mercado e Estado.

INTERVENÇÃO DO ESTADO

Nessa lógica, o Estado realizou forte intervenção nos anos 1970, sobretudo em pontos estratégicos para o desenvolvimento, como o saneamento básico nas cidades que se expandiam graças à migração interna.

Como resposta à demanda por saneamento, em 1971 o regime militar criou o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), sob a tutela do Banco Nacional da Habi-

tação (BNH), e compeliu os municípios a concederem os serviços de água e esgoto às recém-criadas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB). Estas utilizaram-se dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para expansão de sistemas de água e esgotos.

Nos anos 1990, com a indução à desnacionalização da economia, o processo de privatização do Estado e das empresas e o esvaziamento dos projetos sociais evidenciam os modelos de mercado de investimentos. Foram afetados todos os campos da atividade estatal, inclusive o saneamento.

Após o período Planasa, por uma década o setor de saneamento foi abandonado, deixando no esquecimento o mecanis-

mo articulado de financiamento, o FGTS. No período da decadência, iniciado em meados da década de 1980, as iniciativas governamentais de planejamento, instituição de marcos legais e, sobretudo, o financiamento do setor, mostraram-se pontuais e desarticuladas, afetando sobremaneira a expansão dos serviços. Ampliaram-se a insuficiência e a desigualdade nas escalas regional e local. Esse vazio administrativo e de gestão somente foi alterado com a Lei nº 11.445/07, conhecida como a Lei do Saneamento e que instituiu o marco legal.

CONTROLE SOCIAL

Conforme o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab, 2019), o setor

de saneamento básico convive, desde as origens, com dificuldades para o estabelecimento de mecanismos tanto de acesso e participação quanto de controle social. Isso se dá, em boa parte, por interesses corporativos e pela supervalorização da dimensão técnica cujo jargão, por si só, é excludente. Há também desigualdades sociais e regionais, desinteresse social pelo assunto, falta de uma cultura solidamente estabelecida de participação social somada ao fato de que os mecanismos estabelecidos para tal ainda são relativamente recentes e estão sendo internalizados em ritmos diferenciados local e regionalmente.

O déficit do acesso aos serviços de saneamento segue o padrão verificado em outras políticas sociais no Brasil. O rela-

Conforme o Plano Nacional de Saneamento Básico, o setor de saneamento básico convive desde as origens, com dificuldades para o estabelecimento de mecanismos tanto de acesso e participação quanto de controle social. Isso se dá, em boa parte, por interesses corporativos e pela supervalorização da dimensão técnica dos serviços

tório "País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras"¹ aponta que entre 2016 e 2017 a redução da desigualdade de renda no Brasil foi interrompida pela primeira vez nos últimos 15 anos, com reflexos em todas as políticas sociais, incluindo o saneamento básico. Essas desigualdades estão presentes em outras áreas da sociedade, uma vez que o Brasil ocupa a 9ª posição de país mais desigual no *ranking* global de desigualdade de renda. Aqui, 1% da população detém quase 30% da renda do país, segundo a "Pesquisa Desigualdade Mundial 2018"². Essa é uma estrutura social que concentra renda e produz uma sociedade que não tem acesso a direitos considerados fundamentais, como a água, a coleta e o tratamento de esgotos.

META NÃO ATINGIDA

Apesar dos avanços registrados desde a edição da Lei do Saneamento, o Brasil não deverá atingir a universalização do serviço em 2033, meta estabelecida pelo Plansab.

Dados referentes a 2016 e divulgados em 2018, extraídos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apontam que, em âmbito nacional, 83,3% da população era abastecida com água potável, sinalizando uma grande margem da população sem atendimento, ou seja, 35 milhões de brasileiros.

Segundo o SNIS, a região Sudeste apresenta os melhores índices de atendimento com rede de água: 91,3% da população. Quanto aos índices e tratamento de esgotos, a região Centro-oeste se destaca com 92,6% de coleta dos esgotos produzidos e tratamento de 52% do total coletado.

Essas desigualdades entre unidades federativas também são identificadas dentro de cada Estado, pois existem municípios ou áreas com diferenças em indicadores de renda e acesso a serviços públicos. As desigualdades sociais revelam a vulnerabilidade da população a um conjunto de enfermidades relacionadas à deficiência ou à falta de saneamento básico.

NORDESTE PREJUDICADO

As regiões que apresentam menores índices em atendimento de abastecimento

1 Oxfam Brasil. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo, novembro de 2018.

2 Disponível em <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/estudo-aponta-que-brasil-tem-maior-concentracao-de-renda-do-mundo/>

Apesar dos avanços registrados desde a edição da Lei do Saneamento, o Brasil não deverá atingir à universalização do serviço em 2033, meta estabelecida pelo Plansab

de água são a Norte e a Nordeste, respectivamente, 55,4% e 73,6% com atendimento de coleta de esgotos pública de 10,5% e 26,8%, respectivamente.

Segundo o Plansab, a partir de informações do PNAD/IBGE, a forma mais utilizada para esgotamento é a rede pública de esgotos, que atende a 60,2% dos domicílios. A segunda forma mais praticada é a utilização de fossa séptica em 15,6% dos domicílios. Restam, então, 17,9% dos domicílios brasileiros que não possuem solução adequada de esgotamento sanitário, o que corresponde a 12,4 milhões de domicílios, ou seja, 37 milhões de brasileiros destinando os esgotos para fossas rudimentares, valas, rios, lagos, mar ou outros destinos. Portanto, quando os defensores da privatização afirmam que 100 milhões de brasileiros não têm serviços adequados de esgotos. Há uma clara distorção de dados em desfavor da atual estrutura de prestação de serviços para justificar a total destruição mediante à privatização generalizada.

Em 2017, o Sudeste apresentou o maior

percentual de domicílios atendidos com rede de esgoto, 89,0%, e o Norte, o maior percentual de domicílios atendidos com fossa séptica, 41,0%, condição que não é inadequado para a região. Trata-se de uma solução unifamiliar compatível em territórios com baixa densidade demográfica e pequena quantidade de núcleos urbanos concentrados.

Entretanto, a evolução experimentada pelo setor de saneamento foi absolutamente exitosa desde a promulgação da Lei do Saneamento em 2007, que permitiu o arcabouço legal para segurança de financiamentos pelo FGTS e pelo Orçamento Geral da União. Os investimentos realizados entre 2010 e 2017 possibilitaram saltos quantitativos expressivos no atendimento em apenas sete anos: (i) os domicílios urbanos atendidos com esgotamento sanitário, segundo o SNIS, passaram de 46,7% para 60,2%, em 2017; (ii) o abastecimento de água urbano no Nordeste passou de 58,9% para 70%, em 2017 e nas áreas rurais de 45,2% para 57,5%; (iii) no Sul,

o esgotamento sanitário saltou de 36,1% para 50,6%, em 2017; (iv) o tratamento de esgoto gerado, na média geral do país evoluiu de 46,7%, em 2010, para 60,2% em 2017.

PRIVATIZAÇÃO É SOLUÇÃO? MANAUS RESPONDE

Entre 1913 e 1969, a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Manaus foi realizada pelo próprio Município. De 1969 até 2000, a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (Cosama), criada pelo Planasa, foi responsável por essa operação.

Segundo Rocha (2019)³, a partir da década de 1960 se desencadeou intenso processo de ocupação e ampliação das periferias de Manaus, que serviam de moradia para os milhares de trabalhadores atraídos

3 Rocha, S. A. A luta pela água na Amazônia: desafios e contradições do acesso à água em Manaus. Tese de doutorado em Ciências Sociais (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2019.

pela possibilidade de empregos nas empresas da Zona Franca. O forte crescimento populacional não foi acompanhado pelo desenvolvimento e planejamento da cidade, levando os trabalhadores a procurar moradia nas periferias e palafitas das zonas Norte e Leste.

Segundo o IBGE (Censo 2010) há 72.762 domicílios, o que corresponde a 25,89% da população de Manaus vivendo em assentamentos precários, exposta a doenças de veiculação hídrica (malária, dengue, diarreia, hepatite A e febre tifoide).

Em 2000, com o agravamento das condições de atendimento à população, o sistema de abastecimento de água e esgoto em Manaus foi privatizado em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo. O estado do Amazonas vendeu a estatal Cosama e um contrato de concessão de Manaus tem prazo de 30 anos, prorrogável por mais 15 anos para o grupo francês Suez - Lyonnaise des Eaux. O valor do negócio, R\$ 193 milhões, foi muito abaixo do patrimônio estimado em quase R\$ 500 milhões o que gerou grande



As regiões que apresentam menores índices em atendimento de abastecimento de água são a Norte e a Nordeste, respectivamente, 55,4% e 73,6% e com atendimento de coleta de esgotos pública de 10,5% e 26,8%, respectivamente

repercussão nacional. Em Manaus, a nova empresa francesa adotou o nome de Águas do Amazonas, substituída posteriormente pela Manaus Ambiental, após quebra de contrato com a primeira concessionária.

SÉRIE DE INCERTEZAS

O processo de privatização do setor de saneamento em Manaus trouxe à tona uma série de incertezas quanto à eficácia como meio de universalização dos serviços. Ao mesmo tempo revelou uma série de questões sociais. Houve redução dos índices de atendimento e uma representativa perda de qualidade de vida da população. Há condições incontornáveis à universalização sustentável dos serviços de água e esgoto, reforçando a permanência das desigualdades de acesso, atingindo os grupos mais vulneráveis, isto é, os pobres urbanos. Como afirmação desse cenário, basta observar que 90,93% da arrecadação da empresa concessionária, vêm do setor residencial, mesmo sendo a região largamente industrializada (ROCHA, 2019).

Outro discurso falacioso é o de que a privatização dos serviços públicos de saneamento acarreta redução de gastos públicos e ampliação da abrangência do acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário. Rocha (2019) mostra que, apenas no período entre 2000 e 2012, o Estado investiu mais de R\$ 580 milhões no sistema de abastecimento, provenientes dos entes municipal, estadual e federal. A justificativa da privatização para aliviar as finanças públicas não tinha mais sentido, pois o Estado é o principal investidor no sistema.

DESCUMPRIMENTO DE REGRAS

Para o Ministério Público (MP-AM) a privatização “não cumpriu com as metas contratuais a partir dos primeiros anos da gestão e ainda foi premiada com repactuações e aditivos contratuais”. (ROCHA, 2019)

Os relatórios da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas (Asam), apontam que desde a assinatura do primeiro contrato, a maior parte das metas pactuadas não foi cumprida pela Águas do Amazonas. Foram celebrados vários termos aditivos ao contrato original, mas, segundo a Arsam, há ausência de transparência sobre os serviços prestados e população atendida.

Para Rocha (2019), é possível afirmar que a privatização dos serviços de água

A partir da década de 1960 se desencadeou intenso processo de ocupação e ampliação das periferias de Manaus, que serviam de moradia para os milhares de trabalhadores atraídos pela possibilidade de empregos nas empresas da Zona Franca

e esgoto em Manaus não somente tem falhado em garantir a universalização do acesso à água potável em Manaus, como também tem contribuído para reproduzir uma cidade desigual e a contaminação das águas na região.

Na capital amazonense não existe coleta de esgoto na maior parte da cidade, sendo os resíduos lançados *in natura* nos igarapés, córregos e rios, levando à ci-

dade a ocupar destaque entre os piores índices de atendimento do país. Apenas 10,2% da população têm serviço público de coleta de esgotos e perdem-se 44,2% da água potável produzida. Entretanto, tem-se ali a tarifa mais alta da região amazônica, R\$ 5,31/m³, e a quarta tarifa mais elevada do Brasil.

O BRASIL NA CONTRAMÃO

Desde meados de 2018, a narrativa falaciosa do Governo Federal, apoiada por grandes corporações e entidades ligadas a esses grupos, tem se empenhado em convencer a sociedade que a situação atual do saneamento básico no país somente irá melhorar com privatização.

Esse discurso coloca o Brasil na contramão da tendência mundial pela reestatização de serviços públicos como ocorreu em Paris, Berlim, Atlanta, Johannesburg, Buenos Aires, Jacarta, Kuala Lumpur, Indianápolis, La Paz, Valladolid e Turim. O Governo Federal insiste em forçar a privatização dos serviços públicos de água e esgoto, moda dos anos 1990 que está ultrapassada por motivos como: (i) desempenho medíocre das empresas privadas; (ii) subinvestimento; (iii) aumento abusivo de preços e dos custos operacionais e; (iv) dificuldade em fiscalizar a empresa privada; (v) falta de transparência financeira; e (vi) má qualidade de serviço.

A transformação da água em mercadoria implica favorecer a apropriação pelas classes mais abastadas da sociedade e classificar/desclassificar aqueles que não possuem dinheiro para pagar como cidadãos (ROCHA, 2019).

Garantir o acesso à água de qualidade e aos serviços públicos de saneamento básico de forma universal e integral, com transparência nas ações e submetido ao controle social e, também, que o Saneamento Básico seja prioridade de Estado, com recursos garantidos de forma perene e permanente, inclusive com subsídios para a população de baixa-renda.



Francisca Adalgisa da Silva é diretora presidente da Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp (APU).

Acordo Mercosul e União Europeia: NEOCOLONIALISMO DESCARADO

O entendimento firmado no início de julho de 2019 – após vinte anos de controvérsias – não teve suas cláusulas integralmente reveladas. Sua efetivação pode ter dramáticas consequências para a indústria dos países latino-americanos diante do desenvolvimento tecnológico em especial da Alemanha

Leandro Recife

A imagem do Brasil em nível internacional só tem piorado após o processo do *impeachment* e os assassinatos de Marielle e Anderson. Embora toda tradição de eficiência do corpo diplomático brasileiro, a

política externa desmoralizou-se após Jair Bolsonaro nomear Ernesto Araújo, o pupilo do astrólogo Olavo de Carvalho, para o cargo de chanceler.

Por solicitação de Itamaraty, a diplomacia brasileira exigiu que toda e qualquer menção de gênero fosse retirada do texto

no meio de uma discussão realizada em junho deste ano em Genebra, sobre o fim da discriminação de mulheres e meninas. Além das novas orientações antagônicas à tradição diplomática brasileira, Ernesto Araújo defende coisas inconcebíveis do ponto de vista das ciências, como “nazis-

Diante do pior Chanceler da história do Brasil, como um acordo com a União Europeia, que se arrasta há vinte anos, pode ser aceito sem o devido respaldo da população ou sem a devida transparência das tratativas? Tal acordo realmente será positivo para o Brasil?

mo é de esquerda”, “terra plana” e “não existe aquecimento Global”.

Diante do pior Chanceler da história do Brasil, como um acordo com a União Europeia, que se arrasta há vinte anos, pode ser aceito sem o devido respaldo da população ou sem a devida transparência das tratativas? Tal acordo realmente será positivo para o Brasil?

MOMENTO DE CRISE

Apesar da euforia do governo Bolsonaro, o acordo entre Mercosul e União Europeia deve ser analisado com muitas ressalvas. Ele foi celebrado num momento em que Brasil e Argentina, além dos demais países membros e associados, passam por dificuldades econômicas e fragilidades que levam os governos a toparem qualquer tratado para dizer que conseguiram alguma coisa. E quando analisamos o

panorama histórico, do período de tentativas que consolidaram o fechamento do acordo foram duas décadas de negociação. As conversas foram lançadas em junho de 1999. Uma troca de ofertas chegou a ser feita em 2004, mas não agradou aos dois blocos e as discussões foram pausadas. Entretanto, em 2010, houve uma nova abertura para negociações.

Apesar das idas e vindas, somente em 2016 os dois blocos voltaram a trocar propostas e neste ano, de forma nebulosa, até agora sem a devida transparência dos termos, o acordo foi celebrado.

Isso que nos faz crer que esse acordo não equivale às sete maravilhas propagadas pelos bolsonaristas, sendo fechado nesse contexto de crise na Argentina, ocasionada pela política neoliberal do governo Mauricio Macri. Já o Brasil sofre com a crise econômica e social, além do

desgoverno do clã Bolsonaro. Com os dois principais países do Mercosul fragilizados, o entendimento serviu potencialmente aos interesses dos respectivos governantes, não trazendo benefícios aos trabalhadores dos dois países. Além do mais, o acordo tem fortes características de seguir a antiga lógica colonialista, na qual Brasil e demais países da América Latina exportam produtos agrícolas e importam produtos industrializados dos países europeus.

ASSIMETRIA NAS NEGOCIAÇÕES

Pelo que se sabe, o acordo é caracterizado da seguinte forma: A UE abre o mercado agrícola e o Brasil abre o mercado industrial de serviço e financeiro escalonando a redução de tarifas aduaneiras, ao longo de um determinado período, até zero.

Existem algumas coisas que precisam ser ponderadas. O capitalismo até à década

de 1990, por meio das grandes corporações, tinha como uma das características buscar novos mercados para diminuir os custos da produção. Em outras palavras, os países capitalistas desenvolvidos exportavam capitais, instalavam empresas e produziam em países não desenvolvidos. No Brasil, um bom exemplo é a indústria automobilística que recebeu todas as concessões, benesses e benefícios fiscais do Estado brasileiro. Representa bem essa fase do sistema capitalista.

Voltando ao acordo do Mercosul com a EU, pelas características, pela conjuntura e pelo notório despreparo do chanceler Ernesto Araújo, esse pacto pode impulsionar o processo de desindustrialização brasileira. Vale ressaltar que o país hoje já sofre muito com o avanço do rentismo e da ganância das elites, sob o argumento de diminuir o custo no Brasil e reduzir o



O acordo foi celebrado num momento em que Brasil e Argentina, além dos demais países membros e associados, passam por dificuldades econômicas e fragilidades que levam os governos a toparem qualquer tratado para dizer que conseguiram alguma coisa

déficit público, sem mexer no pagamento dos juros da dívida pública. O país congelou por 20 anos os investimentos na educação, saúde e assistência social, além de implantar uma reforma trabalhista que diminuiu a renda, precarizou os empregos e reduziu o número de postos de trabalho. O acordo com a União Europeia poderá alargar diferenças entre o capitalismo dos países desenvolvidos e a América Latina.

DESENVOLVIMENTO SUPERIOR

A economia da Europa tem um grau de desenvolvimento muito superior à do Brasil. Em outras palavras, o Brasil ainda produz majoritariamente produtos primários e a UE produtos com grande valor agregado. O acordo ainda precisa passar pela aprovação do Congresso Nacional brasileiro e de todos os países efetivos do Mercosul e da União Europeia. Mas, mesmo assim, não podemos deixar de levar em consideração alguns pontos extremamente preocupantes. Toda política do governo Bolsonaro, em especial do senhor Paulo Guedes, visa a destruição do Estado brasileiro. Ou seja, estão implementando o que existe de mais atrasado na relação Estado e mercado. Uma verdadeira selvageria, com o Brasil cedendo espaço aos produtos industrializados da UE e sem o Estado brasileiro ser indutor do desenvolvimento econômico e social.

A política bolsonarista segue privatizando, destruindo a educação e aumentando a desigualdade social. Diante disso: como a indústria brasileira vai ter competitividade diante da europeia? Com os cortes na educação, que mão de obra qualificada a indústria brasileira vai produzir? Com o desmonte das Universidades brasileiras e Institutos Federais, que pesquisas serão desenvolvidas para solucionar, criar, diminuir custos e tornar o Brasil desenvolvido economicamente e socialmente?

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

O acordo tem potencial de aprofundar diferenças internamente e na relação do Brasil com outras economias. Um dos itens do entendimento versa sobre o mercado de compras governamentais. O Brasil, nos últimos 4 anos, teve a indústria da construção civil reduzida, enquanto na Europa existe incentivo, proteção e subsídios para empresas de engenharia voltadas ao mercado da América Latina.

O pacto tem fortes características de seguir a antiga lógica colonialista, na qual Brasil e demais países da América Latina exportam produtos agrícolas e importam produtos industrializados dos países europeus

Imaginemos que se abra uma licitação no Brasil para construção de uma estrada. Empresas europeias de engenharia, diante da situação atual das empresas brasileiras, terão ampla vantagem na disputa. O nexo colonialista predomina, pelo que se sabe, na essência do acordo. Historicamente, todos os países que se desenvolveram partiram da lógica de comprar produtos primários e vender produtos com valor agregado. E o acordo conduzido pelo senhor Ernesto Araújo parece negar isso, sob a falsa premissa de querer forçar a qualidade da indústria brasileira, quando, na verdade, tira a proteção e facilita a entrada de produtos industrializados da UE. Além do mais, o acordo, apesar do “princípio de precaução” que pode colocar barreiras para compra de produtos considerados suspeitos por uso de agrotóxicos proibidos ou criados em áreas de desmatamento, estimula exatamente o contrário e coloca em risco políticas ambientais, povos indígenas e aniquila ações governamentais voltadas à agricultura familiar e reforma agrária.

O PAPEL DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro, potencializado sem a devida regulação e controle estatal, como sempre se caracterizou, atrasará ainda mais o desenvolvimento brasileiro. Exatos 0,91% das propriedades rurais concentram 45% de toda área agrícola do Brasil, que utiliza imensas extensões de terra para o monocultivo de soja, milho, eucalipto e algodão, com sementes transgênicas que recebem altas doses de agrotóxicos levados por quilômetros contaminando solo, pessoas e rios.

O agronegócio brasileiro é responsável por 25% do PIB, sem praticamente pagar impostos, carrega assassinatos de indígenas, quilombolas, assentados, além do trabalho análogo à escravidão. Trata-se de um setor com peso na economia, mas que não gera muitos empregos, amplia a concentração de renda e desigualdades. É um dos principais responsáveis pelo atraso do Brasil. Enquanto países desenvolvidos, como a Alemanha, já estão implementando a 4ª Revolução Industrial.

Qualquer acordo comercial, seja com a UE ou com os EUA que não coloque o Brasil competitivo industrialmente para o mundo, que não gere empregos qualificados, não combata a desigualdade social

e nem invista no desenvolvimento acadêmico, profissional e científico, além de não acabar com a dependência econômica da monocultura agrícola; não resolverá os problemas do Brasil. Países desenvolvidos estão discutindo e implementando a 4ª Revolução Industrial que tem como características sistemas ciber-físicos, internet das coisas, BigData, impressão 3d, inteligência artificial, além de robótica avançada, energias alternativas, redes inteligentes, realidade aumentada, nanotecnologia, biotecnologia etc. A 4ª revolução industrial devolverá competitividade aos países ricos, mas com graves sequelas para o mundo. Segundo a McKinsey, empresa de consultoria empresarial americana, 60% das profissões deverão desaparecer até 2025. Até 2022, um quarto dos *shoppings centers* americanos fecharão em decorrência das plataformas de vendas *on line*. Diante de tudo isso, como o Brasil que firma um acordo com a UE que pode dilacerar a indústria poderá se desenvolver economicamente?

O DESENVOLVIMENTO PREJUDICADO

Enquanto o Brasil permanece potencializando o agronegócio em detrimento do desenvolvimento nacional, como um todo, a Alemanha conceitua e cria a indústria 4.0. Trata-se de uma iniciativa estratégica, lançada pelo governo alemão em parceria com a academia, sindicatos e indústria para o país assumir um papel pioneiro na produção e utilização de tecnologia de informação, gerando novos empregos e se colocando de forma competitiva para o mundo. Enquanto o Brasil corta 25% do orçamento da educação, ataca professores e tenta flexibilizar leis para a volta do trabalho análogo à escravidão, a Alemanha, somente em 2019, libera 160 bilhões de euros para universidades. O Brasil vive na “sojocracia”, a Alemanha na indústria 4.0. É preciso não esquecer que a Alemanha pretende assumir, até 2020, a posição de liderança na provisão de sistemas ciber-físicos. E o Brasil? aumenta o desmatamento? Acaba com reservas indígenas e aumenta a desigualdade. Os impactos dessas mudanças vão muito além da produção industrial.

Em grande medida, esses desenvolvimentos afetam toda a economia e a sociedade e colocam em discussão elementos fundamentais do mundo do trabalho e da

ACORDO MERCOSUL-UE



Enquanto o Brasil corta 25% do orçamento da educação, ataca professores e tenta flexibilizar leis para a volta do trabalho análogo à escravidão, a Alemanha, somente em 2019, libera 160 bilhões de euros para universidades

produção. O Brasil sem investimentos na educação, com Universidades sucateadas, sem empregos e sem governo com visão estratégica, terá competitividade para enfrentar os novos desafios que o mundo capitalista nos impõe sem sacrificar ainda mais o nosso povo?

IMPACTO SOCIAL

O acordo com a União Europeia pode ter um grande impacto social na América Latina, em especial Brasil e Argentina. Em nosso caso, uma das áreas afetadas poderá ser o programa dos medicamentos genéricos. Esse risco está relacionado à insistência da União Europeia em exigir que os países do Mercosul não quebrem patentes para a fabricação de medicamentos por um período de cinco anos após o registro. Outro pedido previsto no tratado é para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conceda registro a remédios já aceitos no bloco europeu. Ambas as medidas retardariam a produção das versões de genéricos e prejudicariam o acesso da população aos medicamentos.

A implementação do acordo pode durar até um ano e meio. Alguns pontos se tornaram públicos, mas outros não. Infelizmente, sob a condução de Bolsonaro e Ernesto Araújo é impossível nutrir uma expectativa positiva, mas nos resta espaço para exigir que nenhum acordo comercial atente contra a soberania e o bem-estar do povo. É preciso ficar atento e pressionar o Congresso Nacional para não aprovar nenhuma medida com a União Europeia que aumente ainda mais a desigualdade.

O Brasil precisa investir na educação, nas Universidades, na indústria, gerar empregos e se tornar competitivo enquanto nação. O país não pode ser teleguiado pela imprensa, que não representa a opinião do povo brasileiro. Acordo comercial bom é aquele que nos faz crescer e não o que amplia nossas diferenças e desigualdades. Qualquer acordo comercial com qualquer bloco econômico ou país que não seja para o benefício pleno de nação serve apenas para alimentar a ganância das nossas elites e empobrecer a maioria do povo, a classe trabalhadora.



Leandro Recife é Secretário Geral do PSOL Nacional

Entrevista

Silvio Tandler

Gosto do cinema político que alcança um público amplo

Com 50 anos de carreira, Silvio Tandler decidiu disponibilizar toda sua obra cinematográfica gratuitamente na internet. “Se não ganho dinheiro, pelo menos meus filmes são vistos”, comenta com ironia o diretor de Jango. Trabalhando com movimentos populares, Tandler se torna cada vez mais engajado nas lutas do dia a dia do povo

Andrea Penna

Silvio Tandler se tornou nacionalmente conhecido por ter dirigido o filme definitivo sobre o golpe de 1964. Lançado em plena ebulição do movimento pelas Diretas Já, em 1984, Jango lotou salas pelo país e é hoje disponibilizado gratuitamente no YouTube, como toda a obra do diretor. Com a maior parte dos personagens centrais da trama ainda vivos, Tandler realizou uma das obras capitais para o entendimento do nó histórico representado pela chegada dos militares ao poder.

Aos 69 anos e com uma carreira de mais de cinco décadas, Tandler construiu uma obra coerente, de alta qualidade e que não foge da polêmica. Em 2018, lançou *Dedo na Ferida*, documentário que trata “do fim do Estado de bem-estar social e da interrupção dos sonhos de uma vida melhor para todos”, em um cenário no qual a lógica homicida do capital financeiro inviabiliza qualquer alternativa de justiça social. Colecionador de mais de 60 prêmios, esse carioca inquieto concedeu a seguinte entrevista a *Socialismo e Liberdade*.

Você sempre fez política no cinema?

Eu gosto muito do cinema político que consegue alcançar um público amplo. Dedo na ferida veio dentro de uma série que estou fazendo ligada aos movimentos sociais.



Estamos num momento político muito ruim no Brasil. O país está numa penúria total. Lula e Dilma deixaram um arcabouço de cultura montado, funcionando. Existe o espaço para a arte. Não existe esse espaço nas salas de cinema que foram moldadas pelo neoliberalismo



Fiz Privatizações, a distopia do capital (2014) e Dedo na ferida com o pessoal do Sindicato dos Engenheiros do Rio e da Fisenge (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros). Com outros movimentos sociais fiz O veneno está na mesa 1 (2011), O veneno está na mesa 2 (2014) e Agricultura tamanho família (2014). Tenho trabalhado em um cinema ligado às lutas sociais de forma mais direta.

Como surgiu a ideia de fazer o Dedo na ferida?

A ideia é discutir o problema da financeirização da vida, em que acaba o capitalismo produtivo e nasce o capitalismo financeiro especulativo, que não produz nada. Ele faz uma transferência cotidiana de renda dos mais pobres para os mais ricos. Busco mostrar que com a vitória do pensamento único não existe o contraditório. Resolvi mostrar como o sistema financeiro prejudica o desenvolvimento humano, econômico e social.

E você faz isso por meio de uma narrativa dinâmica.

Não adiantava fazer um filme-tese em que falasse só de economia. Era preciso mostrar as consequências da financerização no cotidiano das pessoas. Há entrevistas com economistas muito importantes, como Paulo Nogueira Batista, Guilherme Melo, Laura Carvalho Ladislau Dawbor, Yanis Varufakis (ex-ministro grego), Costa Gavras (cineasta) e outros. E aí eu peguei, como contraponto, o Anderson, um podólogo que trabalha todo dia em Copacabana e mora a quase 3 horas de distância, em

QUEM É SILVIO TANDLER

Licenciado em História pela Universidade de Paris VII, mestre em Cinema e História pela École des Hautes-Études/Sorbonne, em Paris, e especializado em cinema documental aplicado às Ciências Sociais no Museu Guimet. Silvio Tandler iniciou a trajetória no movimento cineclubista dos anos 1960. O primeiro filme foi um documentário sobre a Revolta da Chibata (1968).

Tandler realizou mais de 50 filmes, entre curtas, médios e longas-metragens. Nos últimos anos, tem produzido películas junto ao movimento popular e disponibilizado trabalhos gratuitamente no YouTube.

REPRODUÇÃO



Cena de "Dedo na ferida" (2018), filme que aborda a influência que a especulação financeira e a agiotagem tem na vida das pessoas e nas políticas de Estado

DÍVIDAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

2005: 19.3%
DA RENDA

2015: 46.5%
DA RENDA

REPRODUÇÃO

Japeri, cidade com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Rio de Janeiro. E desse contraponto, nasce o *Dedo na Ferida*.

Como você vence a barreira da distribuição?

Levei o *Dedo na Ferida* no Brasil inteiro. Foi lançado em cinema, ficou em cartaz sete semanas, o que é um recorde no país para esse tipo de filme. O mais importante é que está atingindo os mais variados públicos. Tenho conseguido passar para estudantes secundaristas (ensino médio), tanto no cinema como em escolas públicas e particulares, assim como em universidades.

Você participou da escola de cinema em Cuba. Como foi essa experiência?

Nos anos 1980, fui admitido no Comitê dos Cineastas da América Latina, impulsionados pelo estado cubano. Na época havia recursos. Ainda existia a URSS que apoiava muito Fidel Castro, incentivado por Gabriel García Márquez, e resolveu fazer uma escola de cinema. O Comitê se transformou em Fundación del Nuevo Cine Latino-americano. Fundaram a Escola de Cinema, da qual faço parte. Ela tem um grande impacto na América Latina e criou espaço para muitos jovens que queriam fazer cinema, mas não tinham meios.

Como você está vendo o quadro da cultura hoje no Brasil e, particularmente,

Meus filmes são produções públicas. Viralizos pela internet. Já que não dão dinheiro, pelo menos são assistidos. Tenho conseguido público nesses esquemas alternativos. A obra artística só existe se houver um olhar que a admire

a situação do cinema?

Nós estamos num momento político muito ruim no Brasil. O país está numa penúria total. Lula e Dilma deixaram um arcabouço de cultura montado, funcionando. Existe o espaço para a arte, mas não existe nas salas de cinema que foram moldadas pelo neo-liberalismo, pelo processo de globalitarismo dos anos 90. Mudaram-nas da rua para dentro dos shoppings, acabaram com as salas nas cidades do interior. Cidades que não têm shoppings dificilmente têm salas de cinema. O que prevalece hoje na exibição cinematográfica são os filmes de entretenimento. Não tenho nada contra o entretenimento. Sempre tivemos espaço para tal, também para o neo-realismo italiano, para a nouvelle vague francesa, para o cinema novo brasileiro. E esses espaços praticamente acabaram. Então, hoje, ver um filme político em sala de cinema é muito complicado. Está tudo dominado, loteado. Então temos de criar novas formas de comunicação.

O que o levou a disponibilizar sua obra gratuitamente na internet?

Meus filmes são produções públicas. Viralizos pela internet. Já que não dão dinheiro, pelo menos são assistidos. Tenho conseguido público nesses esquemas alternativos. A obra artística só existe se houver um olhar que a admire, caso contrário não existe obra. Tenho conseguido isso, por meio dessas estratégias alternativas. Está funcionando muito bem.

Luiz Gê, Tio Hô e um bang-bang inesquecível

Da redação

Página de um dos maiores quadrinhistas brasileiros marca 50 anos da morte do comandante da Revolução Vietnamita

Luiz Geraldo Ferrari Martins, 68, é um dos melhores quadrinhistas brasileiros de todos os tempos. Transita por linguagens visuais variadas com o vigor de um ginasta olímpico. Luiz Gê é formado em arquitetura pela FAU-USP. Rodou pelo que há de melhor na imprensa brasileira e publicou em algumas das principais revistas de quadrinhos do mundo.

Gê lançou em livro duas coletâneas de histórias curtas, *Quadrinhos em fúria* (1984) e *Território de bravos* (1993). Seu clímax estético foi atingido em *Fragmentos completos* (1992), novela visual de 80 páginas sobre os cem anos da avenida Paulista (lançada em livro há sete anos).

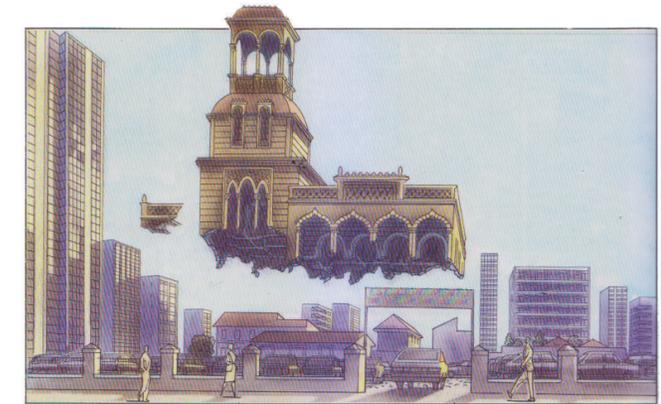
Os quadrinhos da página seguinte são uma homenagem a um dos maiores gênios políticos-militares da História. Trata-se de Nguyễn Sinh Cung, aliás Ho Chi Min (1890-1969). Comandando por décadas um partido e uma frente revolucionários, ele provou ser possível um país miserável impor uma derrota humilhante à maior potência planetária. Tio Ho, como é carinhosamente chamado por gerações de insurgentes, nos deixou há exatos 50 anos, em 2 de setembro de 1969. A vitória do Vietnã estava em sua reta final.

Luiz Gê desenhou a página em 1976, logo após a comemoração do bicentenário da independência dos Estados Unidos. Para juntar tudo, Gê recorre ao sucesso de Roberto Carlos, "História de um homem mau" (1965), versão livre de "Ol' man mose", de Louis Armstrong.

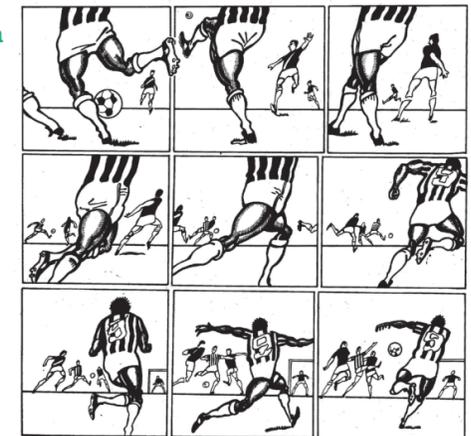
Na página seguinte, Luiz Gê, voz, guitarra e pena certa!



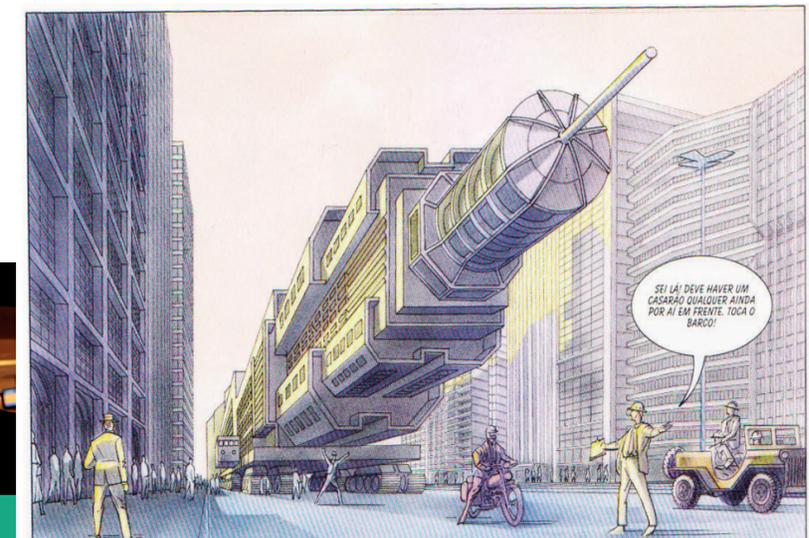
Luiz Gê



Acima e no pé da página, quadrinhos de "Fragmentos completos", história sobre os 100 anos da avenida Paulista, publicada em 1992 e lançada em livro em 2012



À esquerda, abertura de "Tubarões voadores" (1984), quadrinho que virou música de Arrigo Barnabé. Acima, "Ano Santo, Ano da Mulher", de 1975



...E ESSA OFERECEMOS COMO PROVA DE MUITO QUERER BEM, PRO NOSSO QUERIDO OUVINTE, QUE COMEMORA, ESSE ANO, 200 ANINHOS ANINHOS DE INDEPÊ...



DAVID HARVEY NO BRASIL

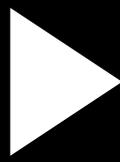


A FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO e a Boitempo realizaram a conferência de **DAVID HARVEY**, "As contradições do capital no século XXI", com comentários de Amélia Damiani, Berna Menezes, Edson Carneiro (Índio) e mediação de Ruy Braga, na FFLCH USP. Além disso, a **FLCMFtv** gravou um programa especial de entrevista com o marxista mais influente da atualidade, reconhecido internacionalmente por seu trabalho de vanguarda na análise geográfica das dinâmicas do capital, que logo será divulgado nas redes e canais da fundação do **PSOL**.

VEJA A GALERIA DE FOTOS DO EVENTO!



CURSOS FLCME



**CADASTRE-SE E
ASSISTA ON-LINE**

bit.ly/FLCMFCurso



CURSO vídeo aulas
MARX



**A Fundação
LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**
lançou uma plataforma
de cursos ON-LINE. Nosso
primeiro é o "Seminário MARX",
com aulas sobre os 3 tomos do
"O Capital", "Racismo, Machismo
e LGBTfobia", "Imperialismo",
"Fascismo" e muitos outros temas
com exposições de vários professores,
militantes e dirigentes de todo o Brasil.

**CADASTRE-SE NA PLATAFORMA DE CURSOS
E FORMAÇÃO POLÍTICA DA FUNDAÇÃO DO PSOL**



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**